

Miriam Venuto Félix e Souza

**OPINIÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO SOBRE
QUESTÕES BIOÉTICAS RELATIVAS AO CAMPO DE ATUAÇÃO DO
NUTRICIONISTA: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO BIOÉTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Bioética, do Centro Universitário São Camilo, orientada pelo Prof. Dr. William Saad Hossne e co-orientada pela Prof^a Ms. Sandra Chemin Seabra da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Bioética.

**São Paulo
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Pe. Inocente Radrizzani

Souza, Miriam Venuto Félix e

Opinião de alunos de graduação em nutrição sobre questões bioéticas, relativas ao campo de atuação do nutricionista: subsídios para reflexão bioética / Miriam Venuto Félix e Souza. -- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2010.

73p.

Orientação de William Saad Hossne e Sandra Chemin Seabra da Silva

Dissertação de Mestrado em Bioética, Centro Universitário São Camilo, 2009.

1. Alimentos geneticamente modificados 2. Bioética 3. Estudantes
4. Nutrição I. Hossne, Willian Saad II. Silva, Sandra Chemin Seabra da
III. Centro Universitário São Camilo IV. Título.

Miriam Venuto Félix e Souza

**OPINIÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO SOBRE
QUESTÕES BIOÉTICAS RELATIVAS AO CAMPO DE ATUAÇÃO DO
NUTRICIONISTA: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO BIOÉTICA**

São Paulo, setembro de 2010

Orientador: Prof. Dr. William Saad Hossne

Professora (a) Examinador (a):

Professor (a) Examinador (a):

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, pois tenho a plena convicção de que sem Ele eu nada sou. E, só estou aqui, diante desse momento, pois foi Ele quem me sustentou, olhou, amparou, e proporcionou mais esta experiência em minha vida, me tornando uma vencedora

Aos meus pais, que foram as pessoas que mais investiram em meu potencial, sempre me encorajando e acreditando que eu conseguiria atingir os meus propósitos.

Ao meu marido, pela compreensão das ausências e apoio nos momentos em que precisei.

Aos meus familiares, que serviram de apoio e incentivo, quando muitas vezes me encontrava desanimada, mas que estavam sempre prontos com uma palavra amiga e gestos de carinho.

Ao meu orientador Prof. Dr. William Saad Hossne, que se propôs a me orientar ao longo deste trabalho, e que foi uma peça fundamental para que concluíssemos este aprendizado.

A co-orientadora Profa. Ms. Sandra Chemin Seabra da Silva, pela atenção e carinho na conclusão deste trabalho.

Ao especialista em estatística, Professor Francisco Werneck Zacaron, pela sua valiosa colaboração na realização deste trabalho.

A todos, que passaram ao longo do meu caminho e que, de uma forma ou de outra me ajudaram a chegar até aqui.

***Grande é a tarefa que nos espera...
Para todos os seres humanos, constitui-se quase um dever pensar
que, o que já se tiver realizado é sempre pouco
em comparação com o que resta por fazer.***

PAPA JOÃO XXIII

RESUMO

SOUZA, MVF. OPINIÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO SOBRE QUESTÕES BIOÉTICAS RELATIVAS AO CAMPO DE ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO BIOÉTICA. Dissertação (Mestrado). 73p. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2010.

Após 40 anos de existência, a Bioética é reconhecida como área específica de conhecimento, não só pela abrangência de seu campo de atuação, mas, sobretudo, pelas suas características de atuação. Nessa trajetória, a Bioética vem se expandindo no mundo todo, consolidando uma comunidade científica em franca expansão e enfrentando temáticas diversas e cada vez mais complexas. Dentre os temas e as questões que vem adentrando a Bioética, assume destaque àqueles voltados para a área biomédica, e em particular a área da saúde. Não obstante o progressivo envolvimento das profissões da saúde nas discussões bioéticas nota-se que, na área de Nutrição tal envolvimento ainda é relativamente incipiente. Por estas razões, pareceu-nos oportuno tecer alguns comentários a respeito da atuação do profissional de nutrição na interface com a Ética. Nesse contexto esta pesquisa objetivou: colher a opinião (o que pensam) dos formandos do Curso de Nutrição sobre três eixos importantes: Alimentos Transgênicos, Cuidados Paliativos e Ética Profissional, relativos a aspectos básicos e práticos da profissão, como subsídios para reflexão bioética, e também, fomentar na consciência dos futuros profissionais da área de Nutrição, a importância e as repercussões do tema, proporcionando a disseminação desta discussão. A metodologia constituiu-se, primeiramente, de pesquisa bibliográfica, visando estabelecer um referencial teórico e, posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo, com os estudantes do último ano do Curso de Graduação em Nutrição, do Centro Universitário São Camilo, Campus Pompéia e Ipiranga, da cidade de São Paulo, matriculados no ano de 2009. Do total de 384 alunos, 175 devolveram o questionário e constituíram a amostra deste estudo. Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário, com questões abertas e fechadas. Os resultados mostraram que, a Nutrição, juntamente com o seu Código de Ética, é uma das poucas áreas da saúde que referem a Bioética como um dos requisitos básicos para conduta profissional; os alunos têm consciência da importância do Código de Ética, e também, o quanto o estudo da Bioética é importante para a formação acadêmica, com influências positivas para atuações futuras. Finalizando, foi salutar perceber que, os futuros nutricionistas têm responsabilidade e compreendem que, a Bioética rege de maneira inovadora o modo de refletir, criticamente, o equacionamento dos problemas que possam acontecer, na rotina de trabalho dos profissionais de Nutrição.

Palavras-chave: Alimentos Transgênicos; Cuidados Paliativos; Ética Profissional; Questões Bioéticas.

ABSTRACT

SOUZA, MVF. OPINION OF PUPILS OF GRADUATION IN NUTRITION ON RELATIVE QUESTIONS BIOETHICS TO THE FIELD OF PERFORMANCE OF THE NUTRITIONIST: SUBSIDIES FOR BIOETHIC REFLECTION. Dissertation (School-master). 73p. São Paulo: University Center São Camilo, 2010.

After 40 years of existence, the Bioethics is recognized as specific area of knowledge, not only for to contain of its field of acting, but, over all, for its characteristics of performance. In this trajectory, the Bioethics comes all if expanding in the world, consolidating a scientific community in frank more complex expansion and facing thematic diverse and each time. Amongst the subjects and the questions that are inserting the Bioethics, it assumes prominence to those directed toward the biomedical area and in particular the area of the health. Not obstante the gradual involvement of the professions of the health in the bioéticas quarrels notices that, in the area of Nutrition such involvement still is relatively incipient. For these reasons, it seemed us opportune to weave some commentaries regarding the performance of the professional of nutrition in the interface with the Ethics. In this context this research objectified: spoon the opinion (what they think) of the graduations of the Course of Nutrition on three important axles: Transgenics Foods; Palliative cares and Professional Ethics, relative the basic and practical aspects of the profession, as subsidies for bioethics reflection, and also, to foment in the conscience of the professional futures of the area of Nutrition, the importance and the repercussions of the subject, providing the dissemination of this quarrel. The methodology consisted, first, of bibliographical research, aiming at to establish a theoretical referential e, later was carried through a field research, with the students of the last year of the Course of Graduation in Nutrition, of the University Center São Camilo, Campus Pompéia and Ipiranga, of the city of São Paulo, and registered in the year of 2009. Of the total of 384 pupils, 175 had returned the questionnaire and had constituted the sample of this study. For the collection of the data a questionnaire was elaborated, with open and closed questions. The results had shown that, the Nutrition, together with its Code of Ethics, is one of the few areas of the health that relate the Bioethics as one of the basic requirements for professional behavior; the pupils have conscience of the importance of the Code of Ethics, and also, how much the study of the Bioethics it is important for the academic formation, with positive influences for future performances. Finishing, he was to salutary to perceive that, the future nutritionists have responsibility and understand that, the Bioethics conduct in innovative way the way to reflect, critically, the resolutions of the problems who can happen, in the routine of work of the professionals of Nutrition.

Keywords: Transgenics Foods; Palliative Cares; Professional Ethics; Bioethics Questions.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Vantagens e Desvantagens dos Alimentos Geneticamente Modificados	32
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Distribuição da frequência dos alunos em relação à aceitação do consumo, em geral, dos alimentos transgênicos.....	41
TABELA 2. Distribuição da frequência dos motivos pelos quais os alunos aceitam o consumo dos alimentos transgênicos	41
TABELA 3. Distribuição da frequência dos motivos pelos quais os alunos não são favoráveis ao consumo de alimentos transgênicos	44
TABELA 4. Distribuição da frequência da opinião dos alunos sobre a existência de alimentos transgênicos comercializados no país	45
TABELA 5. Distribuição da frequência da opinião dos alunos sobre a necessidade de rótulo de identificação nas embalagens dos produtos transgênicos	46
TABELA 6. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto ao próprio consumo de alimentos transgênicos	47
TABELA 7. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto ao consumo de alimentos transgênicos por qualquer pessoa.....	48
TABELA 8. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à solicitação da suspensão da dieta enteral de paciente em estado vegetativo (Eutanásia)	49
TABELA 9. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto ao esclarecimento ao paciente dos objetivos e riscos associados ao tratamento nutricional.....	50
TABELA 10. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à obrigatoriedade de guardar sigilo sobre informação ou fato que tenham conhecimento no exercício profissional.....	52
TABELA 11. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à influência da mídia no consumo alimentar infantil.....	53
TABELA 12. Distribuição da frequência dos Referenciais utilizados pelos alunos para tomada de decisão ao descobrir o desvio de mercadorias e gêneros alimentícios, por um colega.....	54

TABELA 13. Distribuição da frequência dos Referenciais utilizados pelos alunos para tomada de decisão numa situação de embriaguez de funcionário	56
TABELA 14. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à realização de consultas pacientes pela Internet.....	57
TABELA 15. Distribuição da frequência dos alunos quanto à existência de aulas de Bioética no Curso de Nutrição do CUSC – Unidade Pompeia/ Ipiranga	58
TABELA 16. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à quantidade/ aproveitamento das aulas de Bioética em seu curso.....	59
TABELA 17. Distribuição da frequência de questões ou problemas bioéticos considerados importantes pelos alunos, a serem discutidos na área de Nutrição	60

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Distribuição percentual dos alunos em relação à aceitação do consumo, em geral, dos alimentos transgênicos.....	41
GRÁFICO 2. Distribuição percentual dos motivos pelos quais os alunos aceitam o consumo dos alimentos transgênicos	42
GRÁFICO 3. Distribuição percentual dos motivos pelos quais os alunos não são favoráveis ao consumo de alimentos transgênicos	44
GRÁFICO 4. Distribuição percentual da opinião dos alunos sobre a existência de alimentos transgênicos comercializados no país	45
GRÁFICO 5. Distribuição percentual da opinião dos alunos sobre a necessidade de rótulo de identificação nas embalagens dos produtos transgênicos	46
GRÁFICO 6. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto ao próprio consumo de alimentos transgênicos	48
GRÁFICO 7. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto ao consumo de alimentos transgênicos por qualquer pessoa	49
GRÁFICO 8. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à solicitação da suspensão da dieta enteral de paciente em estado vegetativo (Eutanásia).....	50
GRÁFICO 9. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto ao esclarecimento ao paciente dos objetivos e riscos associados ao tratamento nutricional.....	51
GRÁFICO 10. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à obrigatoriedade de guardar sigilo sobre informação ou fato que tenham conhecimento no exercício profissional.....	52
GRÁFICO 11. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à influência da mídia no consumo alimentar infantil.....	53
GRÁFICO 12. Distribuição percentual dos Referenciais Bioéticos utilizados pelos alunos para tomada de decisão ao descobrir o desvio de mercadorias e gêneros alimentícios, por um colega.....	55

GRÁFICO 13. Distribuição percentual dos Referenciais Bioéticos utilizados pelos alunos para tomada de decisão numa situação de embriaguez de funcionário.....	56
GRÁFICO 14. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à realização de consultas pacientes pela Internet.....	57
GRÁFICO 15. Distribuição percentual dos alunos quanto à existência de aulas de Bioética no Curso de Nutrição do CUSC – Unidade Pompeia/ Ipiranga.....	58
GRÁFICO 16. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à quantidade/ aproveitamento das aulas de Bioética em seu curso.....	59
GRÁFICO 17. Distribuição percentual de questões ou problemas bioéticos considerados importantes pelos alunos, a serem discutidos na área de Nutrição.....	60

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	JUSTIFICATIVA	18
2	OBJETIVO	20
3	METODOLOGIA	21
3.1	POPULAÇÃO	21
3.2	AMOSTRA.....	21
3.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	21
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	21
3.5	COLETA DE DADOS	22
3.6	ANÁLISE DOS DADOS.....	22
4	REFERENCIAL TEÓRICO	24
4.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA	24
4.2	ASSUNTOS ATUAIS DA BIOÉTICA NA NUTRIÇÃO	25
4.2.1	ALIMENTOS TRANSGÊNICOS	25
4.2.1.1	Histórico: OGMs e AGMs	25
4.2.1.2	Regulamentação X Legislação.....	26
4.2.1.3	Biossegurança.....	27
4.2.1.4	Determinação de Risco à Saúde Humana	28
4.2.1.5	Rotulagem e Equivalência Substancial	29
4.2.1.6	Vantagens e Desvantagens dos AGMs.....	31
4.2.1.7	Posicionamento do CFN eCRN.....	32
4.2.2	CUIDADOS PALIATIVOS	34
4.2.2.1	Cuidados Paliativos: Alimentação e Hidratação Artificial.....	36
4.2.2.2	Relação dos Cuidados Paliativos com a Bioética.....	37
4.2.2.3	Papel do Nutricionista frente à Bioética.....	38
4.2.3	ÉTICA PROFISSIONAL DO NUTRICIONISTA	38
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
5.1	ALIMENTOS TRANSGÊNICOS	41

5.2	CUIDADOS PALIATIVOS/ QUESTÕES BIOÉTICAS.....	49
5.3	ÉTICA PROFISSIONAL/ QUESTÕES BIOÉTICAS.....	50
5.4	FORMAÇÃO ACADÊMICA E A BIOÉTICA.....	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
	APÊNDICES	70
	APÊNDICE A – Questionário para coleta de dados.....	70
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	73

1 INTRODUÇÃO

A melhor maneira de entender o que é Bioética, que se origina de um neologismo, derivado das palavras gregas *bios* (vida) e *ethike* (ética), talvez seja acompanhar a evolução de sua definição ao longo do tempo. A Bioética é definida pela Enciclopédia de Bioética (1995) como o “estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e da saúde, enquanto esta conduta é examinada à luz de valores e princípios morais” (REICH, 1995, p. XXI).

Nos EUA, Warren Reich, que foi editor chefe das duas primeiras edições da Enciclopédia de Bioética, relata que, Potter, Hellegers e Shriver são os “pais da Bioética”, e esta nasceu em Madison-WI, Washington – D.C. A proposta original da palavra bioética foi feita em 1970 pelo Prof. Van Rensselaer Potter, através da publicação do artigo chamado “Bioethics, science of survival”, em 1970, e logo após a publicação do livro *Bioethics: Bridge to the Future* (Bioética: Ponte para o futuro). A criação do Instituto Kennedy de Ética em Georgetown (Washington, D.C.), em 197, por André Hellegers, juntamente com Sargent Shriver e com apoio da família Kennedy, foi também marco importante. A idéia original de Potter foi modificada por outros pesquisadores, que se preocuparam com o enfoque biomédico aplicado, principalmente, às situações conflitivas da relação dos profissionais de saúde com seus pacientes.

Entretanto, Potter tinha outra grande preocupação: a interação do problema ambiental às questões de saúde e sociais, assim como, a sobrevivência humana, melhorando a qualidade de vida (POTTER, 1988; URBAN, 2003; SCHNEIDER; CAMARGO, 2002; PRADO, 2006).

Recentemente, constatou-se que a expressão “Bioética” foi cunhada em 1927, em Halle na der Saale, na Alemanha, por Fritz Jahr, que foi educador, filósofo e pastor, tendo este publicado um artigo. O artigo, com o título “Bio-Ethics: Review of the Ethical Relationships of Humans to Animals and Plants” (Bioética: uma revisão do relacionamento ético dos humanos em relação aos animais e plantas) foi inserido no periódico alemão *Kosmos*.

A proposta de Jahr, neste artigo, amplia o imperativo moral de Kant: [...] “Age de tal modo que consideres a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa dos outros, sempre como fim e nunca como simples meio”, para todas as formas de vida.

A idéia de Jahr se traduz em: [...] “Respeite todo ser vivo, como princípio e fim em si mesmo e trate-o, se possível, enquanto tal” (SASS, 2008, p. 278).

Na Alemanha, na década de 70 e parte de 80 o conceito de Bioética não era bem aceito; era considerado “um produto americano”. Apenas em 1986 o termo foi oficialmente utilizado com maior frequência. Quem resgatou o termo utilizado por Fritz Jahr, (1927) foi Hans-Martin Saas (2008), bioeticista alemão, que trabalha há anos no Instituto Kennedy de Bioética, em Washington D.C. (ROA-CASTELLANOS; BAUER, 2009).

Analisando a trajetória da Bioética verifica-se que, Potter traçou indicadores básicos para definir a mesma, contudo, ainda faltava uma doutrina para um significado bem definido. Por isso, foi necessário adicionar “alguns princípios” para que a Bioética pudesse ocupar ainda mais seu espaço. Isto ocorreu com a absorção dos “princípios” elaborados no Relatório de Belmont. Em decorrência de abusos ocorridos em pesquisas com seres humanos e, em vista da baixa adesão à Declaração de Helsinque, foi nomeada, pelo governo norte americano, uma Comissão que tinha como atribuição identificar os preceitos éticos que deveriam nortear a pesquisa médica em humanos.

Após a criação dessa Comissão, no ano de 1979, Tom Beuchamp e James Childress publicaram a primeira obra tida como referência em Bioética principialista - “Princípios de ética biomédica”, atualmente na sexta edição em inglês (BEUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

A partir desses dois acontecimentos, absorveu-se como “princípios” da Bioética, a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça, conforme relatório de Belmont.

Gradativamente, vem sendo percebida a “insuficiência” dessa corrente doutrinária principialista, sem deixar, porém, de reconhecer sua importância no equacionamento das questões bioéticas, referentes à opção de valores.

Reconhece-se, hoje, que outros elementos ou balisamentos, além dos princípios (autonomia, não maleficência, beneficência e justiça) devam ser considerados quando da opção de valores.

Nesse sentido Hossne (2006) propõe a idéia dos referenciais; dentro desta visão, os princípios seriam considerados como alguns referenciais, aos quais, se acrescentariam outros: vulnerabilidade, prudência, equidade, responsabilidade, dignidade, solidariedade.

Compartilhamos dessa proposta:

[...] Os referenciais englobam coisas além de direitos e deveres e que devem ser, também, pontos de referência para a elaboração da reflexão bioética. Enquanto que a teoria dos princípios pode ser representada pela figura de um quadrado, sendo cada lado um princípio, com imagem de “fechamento”, a idéia (ou teoria) dos referenciais pode ter a representação de um círculo, mas um círculo aberto e dentro dele estariam os pontos de referência, dentre eles a não-maleficência, a autonomia, a justiça, a dignidade, solidariedade, fraternidade, confidencialidade, privacidade, vulnerabilidade, responsabilidade, sobrevivência, qualidade de vida. Os referenciais não estariam linearmente atrelados entre si, mas livres para interação que a situação bioética, em análise, leva a exigir. Direitos, deveres, valores, compromissos e sentimentos éticos, em plena liberdade de atuação pluralista, inter e transdisciplinar, agregando ciências biológicas com os demais ramos do conhecimento (sobretudo, ciências humanas, sociais e também as exatas), constituem a ótica e a métrica da “teoria” dos referenciais (HOSSNE, 2006, p. 674).

Após 40 anos, a Bioética é reconhecida como área específica do conhecimento, não só pela abrangência de seu campo de atuação, mas, sobretudo, pelas suas características de atuação (HOSSNE, 2007).

Tomando-se por base os conceitos de alguns filósofos da ciência (KUNH, 2009; HABERMAS, 2009; FOUREZ, 1995) pode se reconhecer que a Bioética atingiu a fase paradigmática, 40 anos após seu nascimento. Assim, a Bioética superou a fase pré-paradigmática e dá os primeiros passos para a fase pós-paradigmática (HOSSNE, 2010).¹

Nessa trajetória, a Bioética vem se expandindo no mundo todo, consolidando uma comunidade científica em franca expansão e enfrentando temáticas diversas e cada vez mais complexas.

Dentro dos temas e das questões que vem adentrando à Bioética, assumem destaque àquelas voltadas para a área biomédica, e em particular a área da saúde, em seu sentido mais amplo (início, final de vida, biotecnologia, pesquisa com seres humanos, clonagem, geneterapia, etc.).

Observa-se, também, que vem ocorrendo no Brasil, esforços no sentido de incluir a Bioética na grade curricular das várias profissões da saúde, como acontece, por exemplo, nos cursos de Graduação e de Pós-graduação (Latu-sensu) do Centro Universitário São Camilo.

¹ HOSSNE, MS. Palestra na abertura do Programa de Doutorado – Bioética. Universidade São Camilo. São Paulo, 09 março 2010.

Não obstante o progressivo envolvimento das profissões da saúde nas discussões bioéticas nota-se que, na área de Nutrição tal envolvimento ainda é relativamente incipiente.

Procedendo-se ao levantamento na base de dados MEDLINE, utilizando descritores Nutrição/Nutricionista, Ética e Bioética, verificamos que, desde 1970 até 2010 foram indexadas apenas oito publicações.

Por outro lado, cabe salientar que, a área de Nutrição, enquanto profissão da área da saúde é, como a Bioética, uma área multidisciplinar, atuando o nutricionista em sintonia, como equipe, com os demais profissionais da área da saúde.

Merece destaque, neste sentido, o fato de que o Código de Ética do Nutricionista é um dos poucos que estabelece que o mesmo se baseie em princípios da Bioética.

Parece-nos oportuno, por estas razões, tecer alguns comentários a respeito da atuação do profissional de nutrição na interface com a Ética, o que constitui objeto desse estudo.

1.1 JUSTIFICATIVA

No exercício da profissão, no decorrer de 11(onze) anos, nos foi possível vivenciar situações éticas no cotidiano, mas ao mesmo tempo, sentir que nem sempre o preparo recebido no curso de Graduação forneceu subsídios adequados para o equacionamento de temas éticos. Frente a estes fatos, pareceu oportuno desenvolver, como pesquisa de Mestrado em Bioética, um estudo procurando contemplar aspectos básicos de Bioética e algumas questões e/ou desafios na prática profissional do nutricionista, uma vez que, a literatura envolvendo a Nutrição e a Bioética é escassa.

Alguns questionamentos bioéticos importantes têm sido abordados por profissionais de outras áreas que não da Nutrição e baseando-se na vivência profissional da autora dessa pesquisa, considerou-se também pertinente colocar em discussão algumas questões da rotina do nutricionista, ao lado de questões que, embora relativamente equacionadas, ainda despertam alguns comentários e dúvidas. Ao invés de refletir, bioeticamente, apenas sobre o que os autores versam sobre o tema, porque não questionar os alunos?

Neste sentido, o Centro Universitário São Camilo - São Paulo (tradicional Instituição de Ensino da Nutrição) tem procurado ouvir a voz dos profissionais sobre as questões bioéticas e diante dos postulados apresentados optamos por ouvir a opinião dos formandos do último ano do Curso de Graduação em Nutrição.

O nosso objetivo não é conhecer o que os alunos adquiriram em sua formação, e sim, a opinião dos mesmos para uma reflexão, porém, não uma pensar teórico, mas um refletir que partisse dos dados obtidos na pesquisa de campo, na realidade do dia-a-dia dos formandos.

Dessa forma, planejamos realizar esta pesquisa no intuito de levantar subsídios para a reflexão bioética, mas pretendendo, também, fomentar na consciência dos futuros profissionais da área a importância e as repercussões do assunto, proporcionando a disseminação desta discussão, uma vez que, o Código de Ética do Nutricionista apresenta questões relevantes à prática profissional no âmbito da Bioética.

Como sempre, ao tentar equacionar questões de Bioética, vive-se a “angústia” da opção, fator salutar para a reflexão crítica, um momento de “insight”. É nosso desejo que esse momento também tenha ocorrido com os alunos, conforme constatamos no depoimento verbal de alguns deles.

2 OBJETIVO

- Colher a opinião (o que pensam) dos formandos do Curso de Nutrição sobre três eixos importantes: Alimentos Transgênicos, Cuidados Paliativos e Ética Profissional, bem como, de aspectos básicos e práticos da profissão, como subsídios para reflexão bioética.

3 METODOLOGIA

3.1 POPULAÇÃO

A população-alvo do presente estudo foram os estudantes do último ano do Curso de Graduação em Nutrição, do Centro Universitário São Camilo, Campus Pompéia e Ipiranga, da cidade de São Paulo, matriculados no ano de 2009 (n=384 estudantes).

3.2 AMOSTRA

Do total de 384 estudantes, 175 sujeitos (45,5%) da população-alvo devolveram o questionário de coleta de dados. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), que continha todas as informações relacionadas aos procedimentos e objetivos da pesquisa, atendendo aos preceitos éticos de pesquisa com seres humanos (RESOLUÇÃO 196/96 CNS7.3).

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva de caráter exploratório (*survey*) com a utilização de questionário, em que o objetivo foi o de verificar o pensamento dos alunos de nutrição sobre questões bioéticas relacionadas ao campo de atuação do nutricionista.

3.4 INSTRUMENTO DE MEDIDA

Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário (ANEXO B).

O instrumento foi composto por questões abertas e fechadas e aplicado após contato direto com os respondentes. Nas perguntas fechadas, os alunos respondiam de acordo com as opções “Sim”, “Não” ou “Não Sei”. Perguntas fechadas têm a vantagem de serem mais fáceis de ser codificadas, são menos cansativas e possibilitam maior devolutiva. Nas perguntas abertas, os sujeitos deveriam opinar

sobre que atitude tomaria diante de determinada situação de conduta ética profissional. As perguntas abertas, apesar de oferecerem maior liberdade de resposta, são mais difíceis para codificar e exigem maior tempo para resposta. Antes da aplicação aos alunos da amostra, o questionário foi testado em grupo piloto constituído por cinco alunos.

Para a construção do questionário tomou-se por base o problema do estudo e a revisão da literatura baseada nos três eixos: Alimentos Transgênicos (05 questões), Cuidados paliativos (01 questão), Ética Profissional (06 questões), bem como, três questões de formação profissional que não estão incluídas nos eixos abordados. Em seguida, delimitou-se a amostra e iniciou-se a construção do questionário, observando alguns princípios metodológicos, como: não exigir mais de 30 minutos para responder a todas as questões, apenas usar perguntas relacionadas aos objetivos do estudo, usar vocabulário simples e itens curtos, não direcionar as perguntas, evitar perguntas na negativa e perguntas complexas.

3.5 COLETA DE DADOS

A pesquisadora compareceu ao Curso de Nutrição do Centro Universitário São Camilo (Unidade Ipiranga), no dia 14 de Dezembro de 2009 no período vespertino (das 14h00min. às 18h20min.), por ocasião da reunião anual do Conselho Regional de Nutrição para os alunos do último ano. Foi explicado aos graduandos de Nutrição a importância e o benefício do estudo em questão, informando que, com a participação estavam contribuindo de forma significativa em relação aos conhecimentos bioéticos que envolvem o futuro nutricionista, pautado na atuação profissional para o mercado de trabalho. Uma vez respondidos, os questionários foram tabulados e digitalizados para planilha de dados e posterior análise.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise estatística dos dados, partiu-se do pressuposto de que os sujeitos que responderam a pesquisa constituem uma amostra representativa da população inicialmente definida para o estudo – alunos do último ano de Graduação em Nutrição, permitindo fazer tanto a descrição quanto a inferência dos resultados encontrados.

Inicialmente, foi realizada uma análise univariada, exploratória, descritiva, utilizando tabelas de frequências para as questões fechadas do questionário e para as categorias de respostas das questões abertas.. Em seguida, para as questões fechadas, usou-se o teste Chii-Quadrado (χ^2), para comparar a distribuição observada nas respostas com a distribuição esperada nas diferentes categorias. Partiu-se do pressuposto da igualdade na distribuição percentual de respostas esperadas em cada categoria. Para análise das questões abertas, optou-se pela avaliação subjetiva das respostas, identificando categorias latentes dentro de cada uma delas, sendo, então, quantificada a frequência observada de resposta para cada categoria.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ATUAÇÃO DO NUTRIÇÃO

De acordo com Banduk (2005), o nutricionista, como em outras profissões de saúde, surgiu dentro de uma equipe multidisciplinar, sendo que, o objetivo principal da atuação desse profissional constitui-se a alimentação do homem, tanto no plano individual como coletivo, caracterizando a nutrição como uma evolução contemporânea.

O nutricionista, através dos tempos, foi se tornando um profissional atuante, mas ainda faltavam órgãos de defesa de seus direitos trabalhistas e fiscalização das diversas formas de seu trabalho. Buscando formas de regulamentar a profissão foi criada uma Autarquia constituída pelo Conselho Federal (com sede em Brasília-DF) e Conselhos Regionais de Nutricionistas (Lei Federal nº 6583, de 20/10/1978 e Decreto Federal nº 84444, de 30/01/1980) (BRASIL, 1991).

No tocante à fiscalização, os Conselhos, Federal e Regional exercem o papel de proteger a sociedade de profissionais sem qualificação, atuando de forma errônea (CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS, 1978/ 1980).

As atribuições do Nutricionista estão difundidas conforme a Lei Federal nº 8234, de 17/09/1991, que regulamenta a profissão, além das atividades privativas, descritas no Artigo 3º (BRASIL, 1991).

Em 2005, o Conselho Federal de Nutricionistas publicou a Resolução CFN nº 380/05, objetivando a ampliação do campo de atuação do Nutricionista, constituídas nas áreas, a saber:

- I - ALIMENTAÇÃO COLETIVA;
- II - NUTRIÇÃO CLÍNICA;
- III - SAÚDE COLETIVA;
- IV - DOCÊNCIA;
- V - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS;
- VI - NUTRIÇÃO EM ESPORTES;
- VII - MARKETING NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.

4.2 ASSUNTOS ATUAIS DA BIOÉTICA NA NUTRIÇÃO

4.2.1 ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

4.2.1.1 Histórico: Organismos Geneticamente Modificados - OGMs e Alimentos Geneticamente Modificados - AGMs

A modificação genética de plantas e animais é uma prática quase tão antiga quanto a própria civilização. Selecionar as sementes maiores para o plantio na próxima safra não deixa de ser um experimento genético, mesmo antes que os agricultores tivessem consciência disso, visto que, a genética é uma ciência do século XX, pois, somente em 1900 as Leis de Mendel foram redescobertas e começaram a ser aplicadas (LIMA *et al.*, 2007).

Após a Segunda Guerra Mundial, os avanços genéticos nos processos do melhoramento da alimentação, somados à maior mecanização, irrigação do solo, ao uso de fertilizantes e herbicidas, comumente empregados na agricultura moderna ao combate às pragas, causaram grande aumento na produtividade agrícola, que ficou conhecida como “revolução verde” (LIMA *et al.*, 2007).

A partir da década de 70 os cientistas conseguiram isolar genes específicos e transferi-los de um ser vivo para outro, dando origem aos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Portanto, ao invés de promover o cruzamento entre organismos selecionados para obter uma característica desejada, os cientistas podem identificar, isolar e inserir no genoma de um determinado organismo um único gene responsável pela característica particular. Dessa forma, tem-se uma alteração mais precisa e previsível (LIMA *et al.*, 2007).

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) são organismos vivos, sejam eles, plantas, animais ou microorganismos, cujo material genético foi alterado por meio de engenharia genética, seja pela introdução de seqüenciais de DNA exógenas, que podem ser originárias de qualquer organismo vivo, inclusive de organismos filogeneticamente distantes à espécie a ser modificada, seja pela inativação de genes endógenos (CONCEIÇÃO, 2006; TOZZINI, 2004; LIMA, *et al.*, 2007).

A engenharia genética permite agregar benefícios aos mais diversos alimentos que consumimos, por meio de bactérias, enzimas, leveduras e outros micro-organismos geneticamente modificados (CIB, 2009).

É inegável que a evolução da ciência é dinâmica e que os Alimentos Geneticamente Modificados vão chegar ao mercado em grande escala. Tal realidade aponta imediata necessidade de maiores investimentos pelo governo em treinamento e infra-estrutura, na área de análise de segurança alimentar e ambiental, fundamentada em princípios científicos de análise de risco (CFN, 2010).

Os aspectos positivos e negativos dos Alimentos Geneticamente Modificados (Transgênicos) são muitos, suscitando muitas discussões, como as questões de rotulagem, liberação ou proibição, fiscalização na comercialização e na pesquisa com os OGMs e a necessidade de um estudo prévio de impacto ambiental e saúde humana (LIMA, *et al.*, 2007).

4.2.1.2 Regulamentação x Legislação

O cumprimento da legislação que regulamenta a comercialização de alimentos e ingredientes contendo Organismos Geneticamente Modificados é totalmente dependente da sensibilidade e confiabilidade dos métodos de detecção e quantificação dos mesmos. (CONCEIÇÃO *et al.*, 2006).

Os AGMs, antes de serem rotulados como tal, devem ser detectados e distinguidos de alimentos autênticos ou genuínos mediante métodos analíticos. (LUTHY, 1999).

O Parlamento Europeu aprovou, em julho de 2003, as novas normas para rotulagem de produtos GM. De acordo com a nova legislação, todos os produtos e ingredientes transgênicos deverão ser rotulados incluindo ração animal e alimentos processados. No entanto, ficarão dispensados da rotulagem grãos que contenham até 0,9% de variedades transgênicas (JORNAL “O Estado de São Paulo”, 2003).

No Brasil, o Decreto nº 3871 determina que: alimento embalado, destinado ao consumo humano, que contenha, ou seja, produzido, com organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de 4% do produto, deverá conter informações a esse respeito em seus rótulos (BRASIL, 2003).

4.2.1.3 Biossegurança

A biossegurança dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) está prevista em vários tratados internacionais, destacando-se a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), assinada pelo presidente da República durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) em junho de 1992, ratificada pelo Congresso Nacional em 8/2/1994 e promulgada em 17/3/1998. Por meio da Convenção das Partes e cumprindo o estabelecido nos parágrafos 3 e 4 do artigo 19 da CDB, foi elaborado, em janeiro de 2000, em Montreal (Canadá), o Protocolo Internacional de Biossegurança, também denominado de Protocolo de Cartagena, com o objetivo de:

[...] contribuir para a garantia de um nível adequado de proteção à transferência, manipulação e utilização segura dos organismos vivos modificados, resultantes da biotecnologia moderna, que possam ter efeitos adversos para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, levando-se também em conta os riscos para a saúde humana" (NODARI; GUERRA, 2000, p. 485).

Entre os possíveis riscos ambientais, podem ser mencionados os efeitos diretos sobre os seres vivos, o solo e a água, e os efeitos indiretos, via transferência vertical e horizontal. A ameaça à diversidade biológica decorre, então, das propriedades do transgene ou de sua transferência e expressão em outras espécies. A princípio, não se podem desprezar os vários efeitos indesejáveis provocados pela adição de um novo genótipo em uma comunidade, como o deslocamento ou a eliminação de espécies não domesticadas, a exposição de espécies a novos patógenos ou agentes tóxicos, a poluição genética, a erosão da diversidade genética e a interrupção da reciclagem de nutrientes e de energia (NODARI; GUERRA, 2000).

De acordo com Nodari e Guerra (2000) pouco se conhece, cientificamente, sobre os efeitos diretos do produto dos transgenes em organismos-alvo, no solo e na água. E não são conclusivos os poucos estudos sobre pássaros ou outros animais que consomem insetos que se alimentam de plantas transgênicas.

Biossegurança, na visão da *Food and Agriculture Organization* (FAO), significa o uso sadio e sustentável em termos de meio ambiente de produtos biotecnológicos e suas aplicações para a saúde humana, biodiversidade e

sustentabilidade ambiental, como suporte ao aumento da segurança alimentar global. Desta forma, normas adequadas de biossegurança, análise de riscos de produtos biotecnológicos, mecanismos e instrumentos de monitoramento e rastreabilidade são necessários para assegurar que não haverá danos à saúde humana e efeitos danosos ao meio ambiente. Os testes a serem realizados, os protocolos mais apropriados, os termos de referência, os instrumentos de fiscalização e monitoramento mais adequados estão sendo desenvolvidos e discutidos (FOOD, 1999 apud NODARI; GUERRA, 2000).

Atualmente diversas organizações internacionais apóiam a biotecnologia e os produtos derivados do uso dessa técnica. Entre elas estão:

- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU);
- Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Academia de Ciências do Vaticano;
- Agência de Biotecnologia da Austrália;
- Agência de Controle de Alimentos do Canadá (CIB, 2009).

4.2.1.4 Determinação de Risco à Saúde Humana

O impacto de um transgene no ambiente e na saúde humana deve ser criteriosamente avaliado via análise de risco. Se o dano causado à saúde humana ou ao ambiente, por um agente transgene qualquer, é grande, mesmo com baixa probabilidade, pode significar um risco inaceitável (TRAAVIK, 1999).

A maioria das plantas transgênicas de primeira geração contém genes de resistência a antibióticos. Nos últimos 20 anos, surgiram mais de 30 doenças na espécie humana (AIDS, ebola e hepatites, entre outras). Além disso, houve o ressurgimento de doenças como a tuberculose, malária, cólera e difteria com muito mais agressividade por parte dos microrganismos patogênicos. Paralelamente, houve um decréscimo na eficiência dos antibióticos. Na década de 40, um antibiótico tinha uma vida útil de 15 anos. Na década de 80, a vida útil passou para cinco anos, ou seja, três vezes menos. Segundo comprovam estudos, tanto a recombinação como a transferência horizontal entre bactérias aceleraram a disseminação contínua de regiões genômicas na natureza e, por isso, também entre

os organismos causadores de doenças. O mesmo pode ocorrer com os genes de resistência a antibióticos (HO *et al.*, 1998).

É conhecido o exemplo da estreptomicina em suínos; após um ano de aplicação nos animais (1983), genes de resistência a estreptomicina estavam presentes nos plasmídeos de bactérias que viviam na garganta e estômago dos suínos. Uma das implicações disto é que, embora a frequência de transformação e, conseqüentemente, a transferência horizontal em bactérias seja extremamente baixa, os genes de resistência a antibióticos inseridos em plantas transgênicas poderão ser transferidos para bactérias humanas, constituindo-se um risco a ser considerado (NODARI; GUERRA, 2000).

Recentemente, diversos casos de absorção de Ácido Desoxirribonucléico (DNA) por células eucariotas foram registrados por Tappeser *et al.* (1999). Conforme foi demonstrado, o DNA contido na alimentação de ratos não era totalmente destruído no trato gastrointestinal poderia alcançar a corrente sanguínea e ser temporariamente detectado nos leucócitos ou células do fígado. Existem indícios de que o DNA ingerido possa alcançar células de fetos de ratos, como foi mencionado no mesmo estudo.

Um segundo tipo de risco relaciona-se às reações adversas dos alimentos derivados de OGM, os quais, de acordo com os efeitos, podem ser classificados em dois grupos: alergênicos e intolerantes. Os alimentos alergênicos causam a hipersensibilidade alérgica. O segundo grupo responde por alterações fisiológicas, como reações metabólicas anormais ou idiossincráticas e toxicidade (FINARDI, 1999).

Na literatura existe ainda uma série de outros riscos possíveis à saúde humana, que devem ser analisados com os protocolos adequados.

4.2.1.5 Rotulagem e Equivalência Substancial

A rotulagem dos alimentos está prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11/09/90, art. 6º, III e art. 8º). Trata-se de uma norma para garantir ao cidadão a informação sobre um produto, permitindo-lhe o direito de escolha. Além disso, ela possibilita a rastreabilidade, pois, em casos de efeitos na saúde humana, os produtos rotulados seriam facilmente identificados e recolhidos.

No Brasil, o artigo 40º da Lei de Biossegurança (11.105/05) prevê a rotulagem dos transgênicos conforme Decreto nº 4680/03, que determina que todos os alimentos ou ingredientes alimentícios com presença de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), acima de 1% da composição final do produto, sejam rotulados (CIB, 2009).

A rotulagem garante ao consumidor o direito à informação e à escolha na hora da compra, e se o produto contém informação sobre a presença de OGM, é porque sua segurança foi previamente avaliada pelo órgão responsável, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) (CIB, 2009).

As plantas transgênicas, aprovadas para o cultivo comercial nos EUA, tiveram sua liberação baseada no princípio da equivalência substancial. Assim, a soja RR foi considerada "equivalente" ao seu antecedente natural, a soja convencional, porque não difere desta nos aspectos cor, textura, teor de óleo, composição e teor de aminoácidos essenciais e em nenhuma outra qualidade bioquímica. Desta forma, não foram submetidas à rotulagem pela agência americana *Food and Drug Administration* (FDA) encarregada de sua liberação. Este conceito de equivalência substancial tem sido alvo de críticas, porque, entre outras razões, a falta de critérios mais rigorosos pode ser útil à indústria, mas é inaceitável do ponto de vista do consumidor e da saúde pública (MILLSTONE *et al.*, 1999).

Equivalência significa dispor de igual valor ou outro atributo, normalmente expresso em unidades ou parâmetros: um grama do produto Y equivale a X energia. Ela se refere sempre à quantidade ou algo mensurável a que corresponde um sentido tecnicamente comparável (MOMMA, 1999).

Há, portanto, dificuldades práticas no conceito de equivalência entre plantas naturais ou obtidas por técnicas convencionais de melhoramento genético, pois a rigor, genomicamente, elas não são equivalentes nem iguais. Só seriam iguais se uma fosse originária da outra por multiplicação vegetativa ou micropropagação. A construção genética inserida na planta contém elementos bastante distintos daqueles naturais encontrados nela, proporcionando novos produtos gênicos e podendo desencadear efeitos pleiotrópicos substanciais, e não podem, por isso, ser considerados desprezíveis.

Esta estratégia (equivalência substancial) foi introduzida na década passada para evitar que as indústrias tivessem custos maiores com testes de longa duração, como ocorreu na área farmacológica. Quando se utiliza a equivalência substancial,

nenhum teste é requerido para excluir a presença de toxinas prejudiciais, carcinogênicas e mutagênicas. Este princípio é equivocado e deveria ser abandonado em favor de testes biológicos, toxicológicos e imunológicos mais aprofundados e eficazes (NODARI; GUERRA, 2003).

Desta forma, o *Food and Drug Administration* (FDA) exige apenas testes de curta duração com animais e testes bioquímicos para avaliar, entre outros, aspectos a alergenicidade. Esta insuficiência de dados, que não consegue subsidiar, cientificamente, a análise de a segurança alimentar, está sendo questionada por várias organizações civis americanas.

4.2.1.6 Vantagens e Desvantagens dos AGMs

A tecnologia do DNA recombinante, associada com outras técnicas convencionais de melhoramento e manejo dos AGMs, apresenta enorme potencial para aumentar a produtividade agrícola, beneficiar o meio ambiente e melhorar a qualidade dos alimentos. No entanto, a inocuidade sob o ponto de vista toxicológico e nutricional deve ser igualmente almejada durante o desenvolvimento do AGM, levando-se em conta, acima de tudo, a segurança final do consumidor.

Sharma *et al.* (2002) e Aumaitre *et al.*(2002) apresentam algumas vantagens encontradas nos AGMs. Lajolo e Nutti (2003), por outro lado, apresentam as desvantagens, ambas expressas no quadro abaixo.

VANTAGENS (SHARMA, et al. 2002; AUMAITRE, et al. 2002)	DESADVANTAGENS (LAJOLO; NUTTI. 2003)
Clonagem terapêutica	Expressão de produtos nos genes inseridos
Resistência a herbicidas	Alteração do fluxo de vias bioquímicas
Resistência aos insetos	Mutagênese
Esterilidade Masculina	Alergenicidade
Introdução de fatores abióticos antistress	Toxicidade
Aumento do metabolismo de amido e outros açúcares	Surgimento de patógenos alimentares resistentes a antibióticos
Alteração da senescência	
Incorporação de Fatores Nutricionais	
DESENVOLVIMENTO DE ESPÉCIES COM CARACTERÍSTICAS AGRONÔMICAS OU NUTRICIONAIS IMPORTANTES!	A AVALIAÇÃO DA SEGURIDADE DOS AGMs É EXTREMAMENTE IMPORTANTE!

Quadro 1. Vantagens e Desvantagens dos Alimentos Geneticamente Modificados.

É preciso ressaltar que, a presença e o domínio das indústrias multinacionais na história da agricultura mundial não se agravam nem melhoram após as plantas transgênicas. Esta presença se instalou durante a revolução verde, no início do melhoramento genético clássico para o aumento da produção de alimentos. Os caminhos da distribuição de insumos continuarão sendo os mesmos, com ou sem plantas transgênicas, e às vezes, por meio das multinacionais (AVANTES, 2003).

4.2.1.7 Posicionamento do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e do Conselho Regional de Nutricionistas (CRN)

Após extensiva análise dos fundamentos prós e contras desses alimentos, sob o enfoque da economia, da proteção ao meio ambiente, da sustentabilidade agrícola e da proteção da saúde humana, o Plenário do CFN/ CRN decidiu manifestar-se contrário à comercialização dos alimentos transgênicos.

A conclusão dos estudos realizados até o momento aponta para a existência comprovada de efeitos adversos altamente prejudiciais aos diversos elementos do planeta, principalmente para os seres humanos. Neste sentido, o CFN, mediante a missão de contribuir para a saúde da população, entende que, alguns benefícios não podem justificar o uso de produtos potencialmente maléficos, mesmo que para poucos (CFN, 2010).

O Plenário do CFN considera imprescindível ampliar a discussão aos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), Federação Nacional de Nutricionistas (FNN) e Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição (ENEN) (CFN, 2010).

A partir do amplo debate com representantes do Ministério da Agricultura, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Organizações Não Governamentais (ONGs), conclui-se até o presente momento que, os subsídios técnicos científicos disponíveis e a legislação sanitária vigente não são suficientes para embasar um posicionamento definitivo sobre os aspectos políticos, sócio-econômicos, ambientais e para a prescrição e/ ou recomendação desses produtos pelo Nutricionista.

Desta forma, o Sistema CFN/ CRN deve desencadear ações de caráter mais amplo, que possam subsidiar futuras discussões, e o Plenário do CFN ratifica esta posição no sentido de:

- Recomendar aos Nutricionistas que se mantenham atualizados sobre a produção técnica científica nessa área, atentando para a necessidade de manterem uma posição ética, respeitando os preceitos básicos da alimentação e nutrição em todas suas atividades;

Recomendar aos Nutricionistas que só utilizem os AGMs que possuam comprovação científica de que não apresentam nenhum risco à saúde humana, conforme o Código de Ética do Nutricionista (CFN, 2010).

É pertinente lembrar o relatório da *British Medical Association* (British..., 1999) sobre os impactos e riscos dos OGM. Nele consta:

[...] 'nada na vida é livre de riscos'. Ao se julgar algo seguro, estão sendo considerados apenas os limites aceitáveis de risco. A melhor estratégia para lidar com possibilidades de danos ambientais, quando se é confrontado com profundas incertezas, é agir cautelosamente e desencadear programas sistemáticos de pesquisa para aumentar a compreensão sobre o assunto. Esta abordagem é conhecida como

princípio da precaução, o qual deve ser aplicado para prever e preparar a liberação de OGM e seus produtos na cadeia alimentar, até que seus impactos na saúde e no meio ambiente sejam devidamente avaliados no domínio público (BRITISH MEDICAL ASSOCIATION, 1999 apud NODARI; GUERRA, 2003, p.115).

A ciência deveria ser usada para avançar com precaução e responsabilidade ética. Precisamos fazer uso público da nossa razão num diálogo constante e transparente entre ciência e sociedade. Precisamos de um controle ético, mas fundamentado e, de forma alguma, se pode usar o medo originado na desinformação como uma forma de coerção e de manutenção da menoridade dos indivíduos.

4.2.2 CUIDADOS PALIATIVOS

É importante notar que os cuidados paliativos não devem ser vistos como essencialmente diferentes de outras formas ou áreas de cuidados de saúde. O conceito de Cuidados Paliativos evoluiu ao longo do tempo à medida que esta filosofia de cuidado foi se desenvolvendo em muitas regiões do mundo. Os Cuidados Paliativos foram definidos tendo como referência não um órgão, idade, tipo de doença ou patologia, mas antes, uma avaliação de um provável diagnóstico em relação às necessidades especiais da pessoa doente e sua família (CALMAN, *et al.*, 2005; PESSINI; BERTACHINI, 2004; JOCHAM *et al.*, 2006)

Segundo Pessini (2006) os Cuidados Paliativos:

- Afirmam a vida e encaram o morrer como um processo;
- Não apressam nem adiam a morte;
- Procuram aliviar a dor e outros sintomas desconfortáveis;
- Integram os aspectos, psicossocial e espiritual nos cuidados do paciente;
- Oferecem um sistema de apoio e ajuda aos pacientes para viver tão ativamente quando possível até a morte;
- Disponibilizam um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com o paciente durante a doença e no processo de luto.

Sendo assim, concebido como uma filosofia do “cuidar”, os Cuidados Paliativos não se restringem a um espaço definido, como o hospital, pois os

pacientes e familiares podem ser assistidos no aconchego de suas próprias casas. (MELO, 2004)

A Organização Mundial da Saúde, em 1990, definiu os Cuidados Paliativos como sendo o [...] “cuidado ativo total de pacientes cuja doença não responde mais ao tratamento curativo. O objetivo dos Cuidados Paliativos é proporcionar a melhor qualidade de vida para os pacientes e seus familiares” (OMS, 2002 apud PESSINI; BERTACHINI, 2004, p. 3).

Em 2002 a Organização Mundial da Saúde – OMS redefiniu o conceito de Cuidados Paliativos, colocando ênfase na prevenção do sofrimento. Eis o novo conceito: [...] “Cuidados Paliativos é uma abordagem que aprimora a qualidade de vida dos pacientes e famílias, que enfrentam problemas associados com doenças ameaçadoras de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento, por meios de identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual” (DAVIES; HIGGINSON, 2004 apud PESSINI; BERTACHINI, 2004, p. 3).

A OMS, em 1998, também definiu Cuidados Paliativos para crianças, como sendo o

[...] cuidado ativo total para o corpo, mente e espírito, e também envolve o apoio para a família; tem início quando a doença é diagnosticada e continua independente de a doença da criança estar ou não sendo tratada; os profissionais da saúde devem avaliar o stress físico, psíquico e social da criança; para ser efetivo exige uma abordagem multidisciplinar que inclui a família e a utilização dos recursos disponíveis na comunidade, podendo ser implementado mesmo se os recursos são limitados; pode ser realizado em centros comunitários de saúde e mesmo na casa das crianças (OMS, 1998 apud PESSINI; BERTACHINI, 2004, p. 3).

Como já vimos anteriormente, a OMS além de definir cuidados paliativos menciona também sua filosofia. A autora McCoughlan (2004) considera, além dos elementos colocados pela OMS, mais três elementos fundamentais, para a equipe multiprofissional exercitar os cuidados paliativos: compaixão, humildade e honestidade.

Sobre o elemento compaixão afirma que não é apenas habilidade técnica que os profissionais necessitam. Deve-se lidar, também, com a emoção, e a compaixão pela emoção, sendo possível tentar imaginar a pessoa nessa condição, colocando-se em seu lugar. No que tange ao elemento humildade esclarece que os profissionais da saúde não possuem todas as respostas, pois estão em contínuo

aprendizado, mas devem explicar ao paciente que irão buscar a resposta; por último, ser “honesto” que significa dizer a verdade ao paciente, desde que se tomem alguns cuidados, tais como: o que, como, quando, quanto e a quem se deve informar. (McCOUGHLAN, 2004)

4.2.2.1 Cuidados Paliativos: Alimentação e Hidratação Artificial

Com base no exposto, a Nutrição também é um assunto pertinente aos Cuidados Paliativos e inclui a alimentação artificial (cateter ou ostomias). Considerada essencial para a existência humana, a alimentação artificial tem papel relevante na promoção de saúde e na prevenção de doenças. (MOYNIHAN *et al.*, 2005).

Dentre as estratégias para nutrir e hidratar considera-se não apenas a utilização da via oral, mas também, a possibilidade da nutrição artificial, por meio de cateter, adaptada aos pacientes que apresentam incapacidade total ou parcial de se alimentar oralmente (TRAN; RAYNARD, 2006).

Nos Cuidados Paliativos, a nutrição tem especial papel preventivo, possibilitando meios e via de alimentação, reduzindo os efeitos adversos provocados pelos tratamentos, retardando a síndrome anorexia-caquexia e ressignificando o alimento. Em adição, auxilia no controle de sintomas, mantém hidratação satisfatória, preserva o peso e a composição corporais (HOPKINS, 2004).

A Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM, 1805/ 06, afirma em seu Art. 1º que, [...] “é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida de doente em fase terminal de doença grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal”.

Por outro lado, ainda que se tratasse de paciente enquadrado clinicamente nos limites da Resolução, caberia a discussão se a alimentação e a hidratação artificiais são consideradas tratamentos médicos.

Cabe salientar que, não há no Brasil, ao contrário dos EUA, a caracterização de a alimentação e a hidratação, artificiais como tratamentos médicos.

Nesse contexto, o Papa João Paulo II coloca que, pacientes em coma permanente são “seres humanos” e que nutrição e hidratação artificiais representam cuidados básicos e não um ato médico, sendo por isso, a sua manutenção uma “obrigação moral” (OSELKA, 2006).

4.2.2.2 Relação dos Cuidados Paliativos com a Bioética

Barchifontaine e Pessini (2001) definem Bioética como uma dinâmica reflexiva que procura resgatar a dignidade da pessoa humana e sua qualidade de vida desde o nível micro até o nível macro.

As questões éticas envolvidas em Cuidados Paliativos baseiam-se no reconhecimento do fato de que o paciente incurável ou em fase terminal não é um resíduo biológico para quem nada mais pode ser feito, um ser necessitado de anestesia, cuja vida não deve ser prolongada, desnecessariamente, mas uma pessoa, e como tal, capaz, até o momento final, de relacionamento, de tornar a vida uma experiência de crescimento e de plenitude (PESSINI, 2001).

Os pacientes com doenças avançadas ou em estado terminal têm, fundamentalmente, os mesmos direitos que os outros pacientes, tais como o direito de receber cuidados médicos, apoio pessoal, direito de ser informado, mas também, o direito de recusar informação e/ ou procedimentos, diagnósticos e/ ou tratamentos. A recusa de tratamento deve ser mantida especialmente quando um tratamento médico não fará nada, frente à morte prevista. A recusa de tratamento não deve influenciar na qualidade dos Cuidados Paliativos. E o mais importante, os pacientes em Cuidados Paliativos têm direito ao grau máximo de respeito pela sua dignidade, como também, ao melhor analgésico disponível e ao alívio do sofrimento (KLUBER-ROSS; KESSLER, 2004).

O desafio ético é considerar a questão da dignidade no adeus à vida para além da dimensão físico-biológica e para além do contexto médico-hospitalar, ampliando o horizonte, integrando a dimensão sócio-relacional (PESSINI, 2001/2006).

Dessa forma, ao se estudar Cuidados Paliativos no campo da Bioética pode-se abordar desde a qualidade de vida experimentada pela pessoa humana num momento de fragilidade (micro), até as condições de prestação dos cuidados oferecidos pelo Sistema Público ou Privado de Saúde (macro) (PESSINI, 2006).

O conhecimento técnico-científico, respaldado nos pilares da bioética principalista (beneficência, não-maleficência, autonomia e justiça), aplicado na prática clínica como norteador de decisões, deve ser considerado em prol da qualidade de atendimento ao paciente (BOCATTO, 2007; AZEVEDO, 1998).

4.2.2.3 Papel do Nutricionista frente à Bioética

Em assuntos relacionados à alimentação e nutrição é comum o nutricionista enfrentar dilemas bioéticos, pois a alimentação está relacionada ao estilo de vida e bem-estar, aos valores culturais, ao prazer à vida, envolvendo relações sociais e familiares, estando, ainda, inserida na cultura como símbolo de vitalidade. O nutricionista deverá ter toda sua conduta registrada em prontuário, com a responsabilidade de identificar as necessidades de hidratação e nutricionais de cada paciente (BACHMANN, *et al.* 2001; HOPKINS. 2004).

A decisão de manter ou suspender a alimentação e a hidratação de pacientes que estão em cuidados paliativos deve ser discutida com a equipe técnica multiprofissional, com o paciente e seus familiares. Em alguns casos, o próprio paciente decide não mais se alimentar, e esta postura deveria ser respeitada, do ponto de vista moral e ético, pelo médico, considerando os princípios de autonomia. Porém, nem sempre essa decisão é acatada. Há situações em que a recusa voluntária de alimentos e água pelo paciente está relacionada à intenção de apressar a morte, em decorrência de depressão que, se tratada, pode reverter esse quadro. Da perspectiva ética, os princípios da autonomia, beneficência e não-maleficência apoiam os direitos do paciente. Todavia, alguns autores alegam que a retirada do tratamento nutricional é insustentável e deveria ser evitada (FARBER *et al.*, 2006).

Deve-se respeitar o paciente e considerar os recursos terapêuticos para o controle de sintomas, valorizando os alimentos preferenciais, a adequação da dieta e o desejo do próprio paciente por alimentos (BENARROZ; FAILLACE; BARBOSA. 2009).

4.2.3 ÉTICA PROFISSIONAL DO NUTRICIONISTA

A deontologia constitui uma vinculação entre regras e condutas no que tange a normatização de pesquisas e procedimentos e no desenvolvimento da especialização, tanto de pesquisas científicas como de procedimentos técnicos, resultando na profissionalização da ética e proliferação dos Códigos de Ética profissional (ANJOS; SIQUEIRA, 2007).

Os Códigos de Ética representam o conjunto de elementos que caracterizam o comportamento das pessoas dentro de um grupo social, com deveres legais normativos e positivos (BORGES; MEDEIROS, 2007).

As bases conceituais dos Códigos de Ética de profissionais da saúde são idênticas, relacionadas com a livre escolha do profissional pelo paciente, privacidade e consentimento informado (BRASIL, 2006).

Sendo assim, o Código de Ética pode ser um facilitador e um meio de comunicação entre profissionais, sobre a profissão, salientando aspectos relevantes para o exercício profissional (SÁ, 2005).

O primeiro Código de Ética do Nutricionista (Resolução CFN Nº 024/1981 de 26/10/1981) foi publicado em 1981, com informações relativas à atuação da profissão de Nutrição e como integrante na área da saúde (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991). Visando aprimorar e seguir as constantes evoluções da prática profissional o Código de Ética foi se ampliando e, finalmente, com o aumento de Instituições de Ensino de Nutrição no país, publicou-se, em 2004, a Resolução CFN nº 334, de 10/05/2004 (Atual Código de Ética do Nutricionista), enfatizando a importância da Bioética como princípio para sua reflexão (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2004).

O Código de Ética do Nutricionista (CFN) se declara baseado nos princípios da Bioética, mas não caracteriza nem define quais são. Tal citação ocorre no Capítulo I (Dos Princípios Fundamentais) Art. 3º “O nutricionista tem o compromisso de conhecer e pautar a sua atuação nos princípios da Bioética, nos princípios universais dos direitos humanos, na Constituição do Brasil e nos preceitos éticos contidos neste Código”:

(...) A profissão de Nutricionista assumiu posição de destaque na área da saúde e se expandiu para os campos de interface da Alimentação e Nutrição com as demais ciências. No campo de atuação específica, novos espaços se abriram e a participação conjunta em outras áreas é, cada vez mais, surpreendentemente, diversificada. O novo Código de Ética, que ora se entrega aos Nutricionistas do Brasil, revisto e ampliado, traduz, por um lado o crescimento e a diversificação do campo profissional e, por outro, os anseios de uma categoria que, cada vez mais, busca se firmar com competência e lucidez. A Ética profissional hoje, se pressupõe, trilha os caminhos da Bioética, visto que, como ciência envolve o conhecimento biológico associado aos conhecimentos dos sistemas de valores humanos. Este pressuposto exige que, a prática do exercício profissional seja conduzida sob a égide dos valores humanos vigentes na sociedade (CFN, Resolução n. 334, 2004).

Diante do exposto, consideramos válido e oportuno levantar e discutir algumas questões que, pela sua natureza e pelas suas características, envolvem aspectos bioéticos, dentro da área da Nutrição.

No sentido de envolver nesta problemática os diversos atores, optamos por ouvir a opinião (como pensamento) de atores que estão no limiar de iniciar sua atividade profissional como nutricionista e, ao mesmo tempo, são jovens contemporâneos da Bioética e representantes de um segmento da sociedade, como alunos de nível superior. Dentro desta ótica foram selecionados três eixos da problemática: Alimentos Transgênicos; Cuidados Paliativos; Ética Profissional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados os resultados através de Tabelas e Gráficos.

5.1 ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

Na opinião dos pesquisados, em relação a ser favorável ao consumo de alimentos transgênicos, constatou-se que, a maioria dos alunos não é favorável ao consumo destes alimentos – Tabela/ Gráfico 1.

Tabela 1: Distribuição da frequência dos alunos em relação à aceitação, em geral, do consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

Aceitam o consumo de transgênicos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	68	38,9
Não	107	61,1
Total	175	100,0

Gráfico 1. Distribuição percentual dos alunos em relação à aceitação, em geral, do consumo de alimentos transgênicos. 2009. São Paulo, 2009.

(n=175)



Na Tabela e Gráfico 2, podem ser observados os motivos daqueles que são favoráveis ao consumo de alimentos transgênicos. Em geral, aqueles que são favoráveis acreditam que, estes alimentos não oferecem riscos à saúde (45%) e ainda têm a vantagem de poder conter mais nutrientes do que os alimentos comuns (37%). Há ainda os que acreditam que os alimentos transgênicos poderiam auxiliar no combate a fome em função do aumento da produção de alimentos (18%).

Tabela 2. Distribuição da frequência dos motivos pelos quais os alunos aceitam o consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

Motivos da aceitação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não traz riscos para a saúde	30	44,1
Obtém melhoria em nutrientes	25	36,7
Maior produção de alimentos	13	19,1
Total	68	100,0

Gráfico 2. Distribuição percentual dos motivos pelos quais os alunos aceitam o consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

(n= 68)



Pode-se notar que, dos alunos que aceitam o consumo dos alimentos transgênicos a maior porcentagem refere-se à questão de não trazerem riscos à saúde. De acordo com Menossi (2009), destaca-se o aprofundamento na avaliação

dos transgênicos em relação às possíveis alergias, pois, a ciência tenta trabalhar com a inserção de genes que já tenham um histórico de uso seguro na alimentação ou mesmo que, indiretamente, estejam no dia-a-dia.

Já para Ritter (2003) não há razão para imaginar que a aplicação da biotecnologia na produção de alimentos pode levar a riscos diferentes daqueles provenientes de práticas clássicas de melhoramento de plantas, animais e microorganismos. É importante reconhecer que é o alimento em si, e não o processo pelo qual ele foi desenvolvido, que precisa ser objeto de estudo na avaliação de segurança para o consumo.

Para 37% dos alunos os transgênicos podem melhorar a disponibilidade de nutrientes contidas nos alimentos. Segundo Brunoro (2009), a ciência está desenvolvendo plantas biofortificadas que reduzem a anemia e outros problemas relacionados à deficiência de micronutrientes que atingem cerca de 3 bilhões de pessoas.

As plantas biofortificadas, geneticamente modificadas estão sendo desenvolvidas em todo o mundo com a finalidade de inserção de mais vitaminas, proteínas e outras substâncias, influenciando na redução de doenças cardiovasculares, materno-infantis, gastrointestinais, oculares e até diferentes tipos de câncer. Exemplos delas são: morangos ricos em vitaminas C, óleos de canola e soja com mais gordura monoinsaturada, que ajudam a reduzir o colesterol (LDL), batatas ricas em proteínas e vitaminas, trigo com mais vitamina B9 (ácido fólico), que contribui para a defesa do organismo e milho e soja com mais aminoácidos (CIB, 2009).

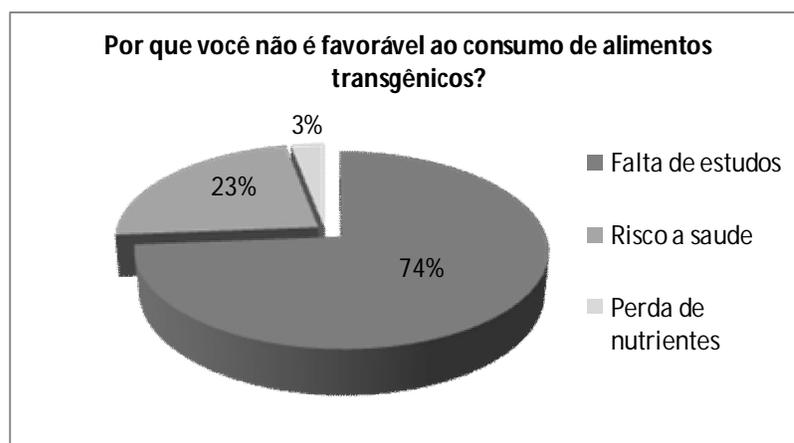
Para os alunos que não são favoráveis ao consumo de alimentos transgênicos (61,1%), os principais motivos residem no fato de que ainda não existem estudos científicos, de longo prazo, que possam confirmar os benefícios ou malefícios destes alimentos (74%), sendo que 23% acreditam que os alimentos transgênicos trazem riscos à saúde. Há ainda aqueles que acreditam que a modificação genética dos alimentos promove perda de nutrientes (3%), conforme exposto na Tabela e Gráfico 3.

Tabela 3. Distribuição da frequência dos motivos pelos quais os alunos não são favoráveis ao consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

Motivos pelos quais não são favoráveis	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não há estudos científicos de longo prazo	73	73,7
Há riscos para a saúde	23	23,3
Há perda de nutrientes	3	3,0
Total	99	100,0

Gráfico 3. Distribuição percentual dos motivos pelos quais os alunos não são favoráveis ao consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

(n=99)



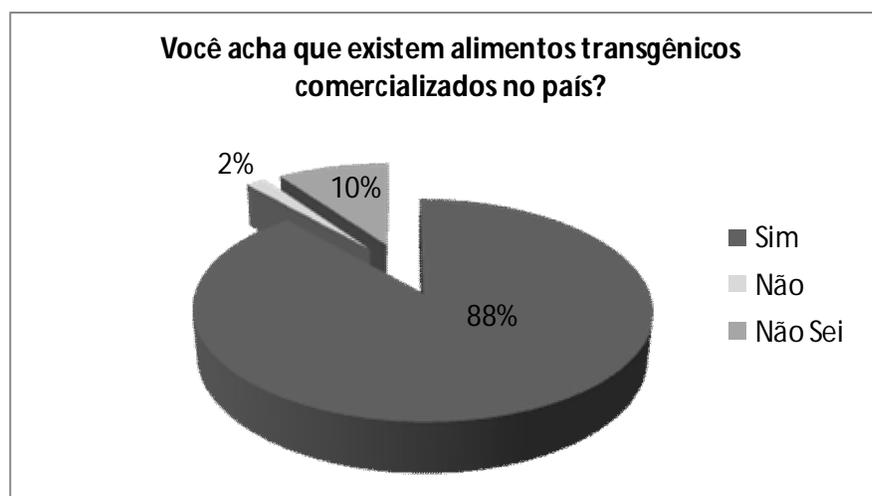
Na Tabela e Gráfico 3 identificamos que a maioria dos alunos que não são favoráveis ao consumo de transgênicos atribui o fato à falta de informações. A pesquisa evidencia que, a maioria dos respondentes manifestou muitas incertezas, dúvidas e descontentamento em relação aos transgênicos. De fato, até os dias de hoje ainda há imprevisibilidade dos efeitos de longo prazo da ingestão de alimentos geneticamente modificados e insegurança decorrente da falta de debate aberto e amplo à sociedade sobre os possíveis riscos dessa inovação tecnológica, o que acarreta sua rejeição (FURNIVAL; PINHEIRO, 2008).

Tabela 4: Distribuição da frequência da opinião dos alunos sobre a existência de alimentos transgênicos comercializados no país. São Paulo, 2009.

Acreditam que existem transgênicos comercializados no país	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	155	88,6
Não	3	1,7
Não Sei	17	9,7
Total	175	100,0

Gráfico 3. Distribuição percentual da opinião dos alunos sobre a existência de alimentos transgênicos comercializados no país. São Paulo, 2009.

(n=175)



Na Tabela e Gráfico 4 verifica-se que quase a totalidade dos alunos acredita na existência do comércio de transgênicos no país. Segundo Furnival e Pinheiro (2008), as principais fontes de informação sobre o assunto são a comunidade científica e a mídia. No entanto, a maioria mostrou-se insatisfeita com o fato de não compreender o que a mídia divulga e, mesmo acompanhando as notícias, ocorre um estado de confusão, resignação e desconfiança

Conforme demonstra a Tabela e Gráfico 5, caso os alimentos transgênicos fossem comercializados, praticamente todos os alunos (99%) acreditam que deveriam conter rótulo de identificação nas embalagens.

Tabela 5. Distribuição da frequência da opinião dos alunos sobre a necessidade de rótulo de identificação nas embalagens dos produtos transgênicos. São Paulo, 2009.

Deveriam ter rótulo de identificação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	174	99,4
Não	1	0,6
Total	175	100,0

Gráfico 5. Distribuição percentual da opinião dos alunos sobre a necessidade de rótulo de identificação nas embalagens dos produtos transgênicos. São Paulo, 2009.

(n=175)



Ao analisarmos a Tabela e o Gráfico 5 verificamos que, a maioria dos alunos acredita que a rotulagem deveria existir. Segundo Furnival e Pinheiro (2008) o rótulo nas embalagens com certeza resolveria a polêmica de opiniões, nos debates que vêm acontecendo em fóruns públicos. A sensibilidade da questão se resume no fato de que, nos dias de hoje, o consumo necessário de alguns tipos de alimentos,

possivelmente, implica no consumo involuntário dos organismos geneticamente modificados.

No Brasil, o artigo 40º da Lei de Biossegurança (11.105/05) prevê a rotulagem dos transgênicos conforme Decreto nº 4680/03. Esse decreto determina que, todos os alimentos ou ingredientes alimentícios, com presença de organismos geneticamente modificados (OGM) acima de 1% da composição final do produto, sejam rotulados. A rotulagem garante ao consumidor o direito à informação e escolha na hora da compra (CIB, 2009).

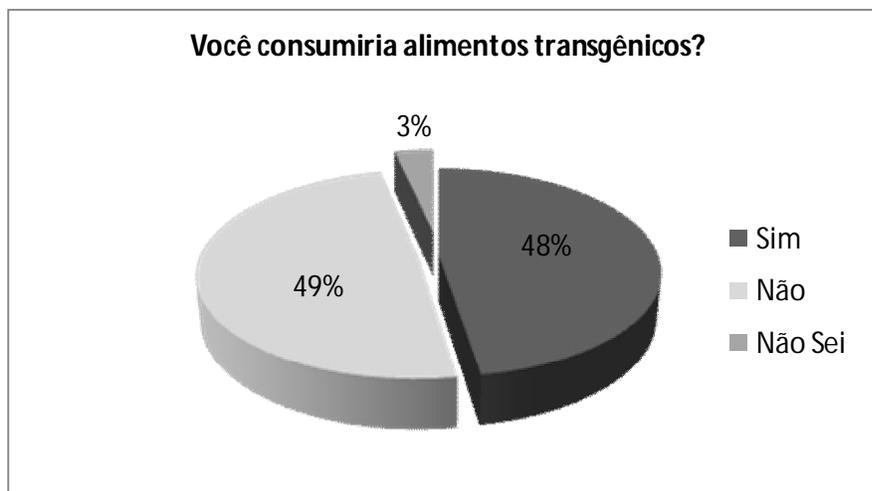
De acordo com a Tabela e Gráfico 6, quando os alunos foram questionados se consumiriam alimentos transgênicos, praticamente metade respondeu que “sim” (47%) e a outra metade disse que “não” (49%).

Tabela 6. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto ao próprio consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

Consumiriam alimentos transgênicos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	83	47,4
Não	86	49,1
Não Sei	6	3,4
Total	175	100,0

Gráfico 6. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto ao próprio consumo de alimentos transgênicos. São Paulo, 2009.

(n=175)



Na análise da Tabela e Gráfico 6 ficou claramente demonstrado que, os alunos estão divididos em relação ao consumo de alimentos transgênicos.

Como mostra a Tabela e Gráfico 7, quando os alunos foram questionados se os alimentos transgênicos poderiam ser consumidos por qualquer pessoa, a maioria respondeu que “não” (57%), 28% afirmaram não ter conhecimento e 14% declararam que “sim”.

Tabela 7. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto ao consumo de alimentos transgênicos por qualquer pessoa. São Paulo, 2009.

Poderiam ser consumidos por qualquer pessoa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	25	14,3
Não	101	57,7
Não Sei	49	28,0
Total	175	100,0

Gráfico 7. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto ao consumo de alimentos transgênicos por qualquer pessoa. São Paulo, 2009.

(n= 175)



5.2 CUIDADOS PALIATIVOS/ QUESTÕES BIOÉTICAS

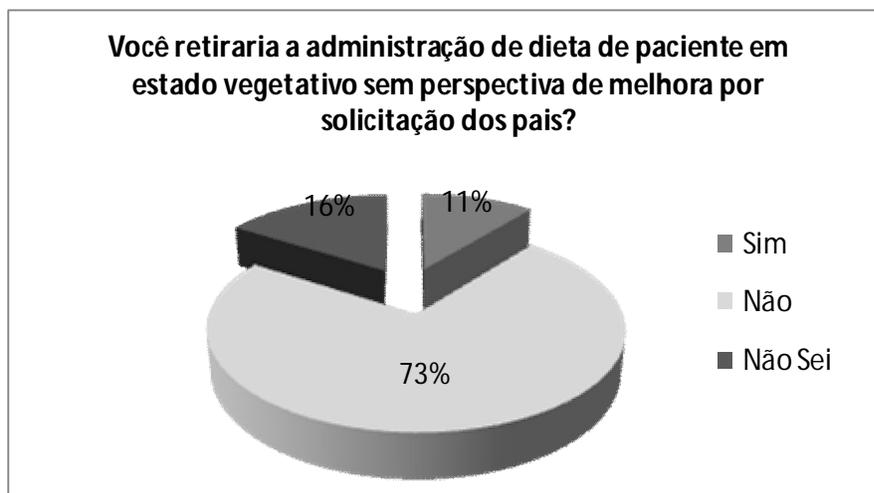
Na Tabela e Gráfico 14 pode-se observar que, diante de uma situação de decisão envolvendo o assunto eutanásia, a maioria dos alunos (73%) afirma ser contrária a suspensão de dieta por solicitação dos pais de paciente em estado vegetativo, mesmo que este não tenha expectativa de melhora.

Tabela 8. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à solicitação da suspensão da dieta enteral de paciente em estado vegetativo (Eutanásia)

A retirada da alimentação, por solicitação, é plausível bioeticamente	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	19	10,9
Não	128	73,1
Não Sei	28	16,0
Total	175	100,0

Gráfico 8. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à solicitação da suspensão da dieta enteral de paciente em estado vegetativo (Eutanásia)

(n=175)



5.3 ÉTICA PROFISSIONAL/ QUESTÕES BIOÉTICAS

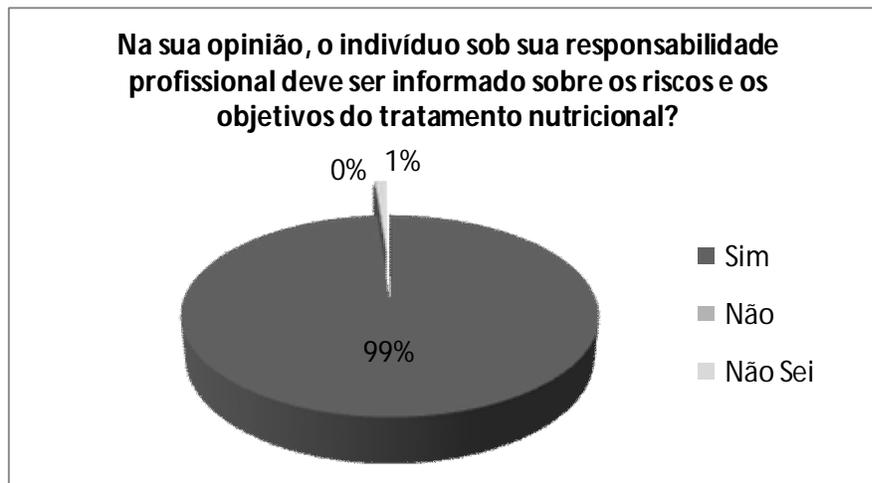
Conforme indicado na Tabela e Gráfico 9, praticamente 100% dos alunos manifestaram a opinião que os pacientes devem ser informados sobre os riscos e objetivos associados ao tratamento nutricional.

Tabela 9. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto ao esclarecimento ao paciente dos objetivos e riscos associados ao tratamento nutricional. São Paulo, 2009.

Esclarecimento ao paciente dos objetivos e riscos do tratamento nutricional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	173	98,9
Não	0	0,0
Não sei	2	1,1
Total	175	100,0

Gráfico 9. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto ao esclarecimento ao paciente sobre os objetivos e riscos associados ao tratamento nutricional. São Paulo, 2009.

(n=175)



De acordo com a análise da Tabela 9, a grande maioria dos alunos foi favorável a informação sobre os riscos e objetivos do tratamento nutricional. Segundo Vásquez (2001) a Ética contribui para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral. Por outro lado, a função principal da Ética é explicar, investigar ou esclarecer determinada realidade, organizando os conceitos correspondentes. A realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas.

A fundamental questão que agita a Ética profissional é a de saber se existe uma ética distinta que se aplica às atividades profissionais ou, se as considerações morais suscitadas por atividades profissionais aplicam-se da mesma maneira que em outros domínios, para definir o que devem ser os membros de algumas profissões (SPERBER, 2003).

Ao longo dos últimos anos, vem se constatando o crescimento das discussões sobre a conduta ética dos indivíduos em diversos campos da atividade humana, tais como na política e na profissão.

O Código de Ética de Nutrição, no item Deveres, Capítulo III, Artigo 16º, inciso II, declara que se deve:

[...] manter sigilo sobre fatos e informações de que tenha conhecimento no exercício de sua atividade profissional e exigir o mesmo comportamento do

pessoal sob sua direção, exceto nos casos previstos na legislação e naqueles em que o silêncio implique prejuízo, ou ponha em risco a saúde do indivíduo ou coletividade (CÓDIGO DE ÉTICA DE NUTRIÇÃO, 2004).

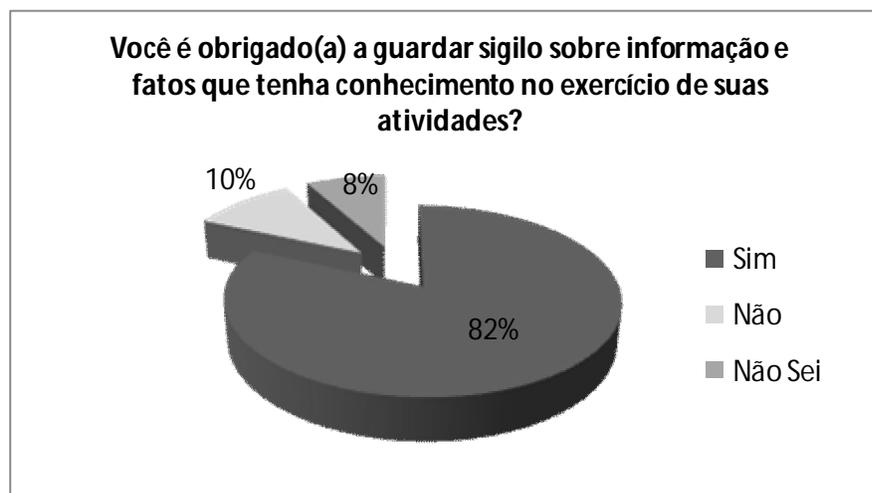
Na pesquisa em questão, quanto ao sigilo profissional, a maioria dos alunos (81%) tem consciência de que são obrigados a não revelar qualquer informação ou fato que tenham conhecimento em razão do exercício profissional em Nutrição, sendo que 10% afirmam que não são obrigados e 8% desconhecem a obrigatoriedade de guardar sigilo, conforme exposto na Tabela e Gráfico 10.

Tabela 10. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à obrigatoriedade de guardar sigilo sobre informação ou fato que tenham conhecimento no exercício profissional. São Paulo, 2009.

Obrigatoriedade de guardar sigilo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	143	81,7
Não	18	10,3
Não Sei	14	8,0
Total	175	100,0

Gráfico 10. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à obrigatoriedade de guardar sigilo sobre informação ou fato que tenham conhecimento no exercício profissional. São Paulo, 2009.

(n=175)



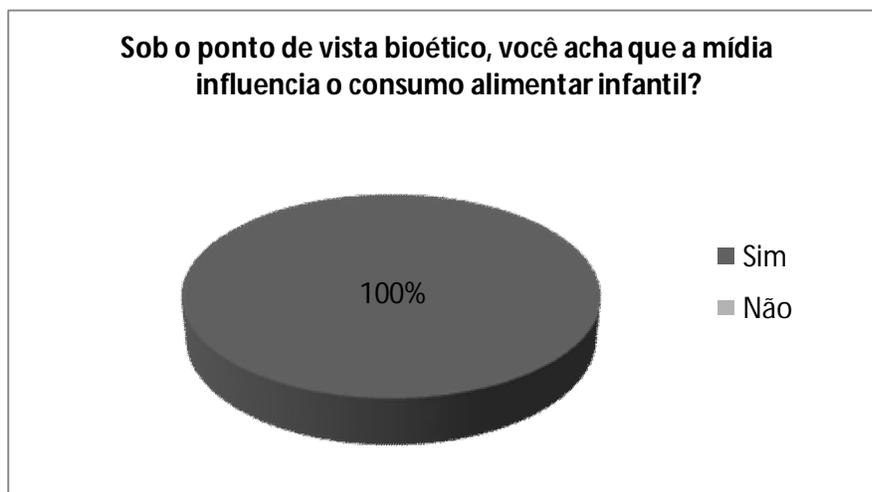
Sob o ponto de vista bioético, todos os alunos (100%) concordam que, a mídia influencia no consumo alimentar infantil, como demonstra a Tabela e Gráfico 11.

Tabela 11. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à influência da mídia no consumo alimentar infantil. São Paulo, 2009.

Influência da mídia no consumo alimentar infantil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	175	100,0
Não	0	0,0
Total	175	100,0

Gráfico 11. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à influência da mídia no consumo alimentar infantil. São Paulo, 2009.

(n=175)



Nos últimos anos o poder econômico e a influência das crianças sobre as decisões da família aumentaram muito. As crianças exercem influência sobre as compras familiares nas diversas categorias de produtos, incluindo roupas, brinquedos, eletrodomésticos e alimentos. Por isso, o surgimento de uma grande variedade de comerciais meticulosamente direcionadas ao público infantil. Sabe-se que, a criança brasileira permanece em média 4 horas e 45 minutos por dia diante

da televisão, perfazendo uma enorme quantidade de propaganda de alimentos assistidos ao longo dos anos, associando-se a ocorrência de sobrepeso e obesidade. Os anúncios de alimentos promovem seu consumo, influenciando os hábitos alimentares dessa faixa etária (MEDEIROS; AMBONI; TEIXEIRA, 2008).

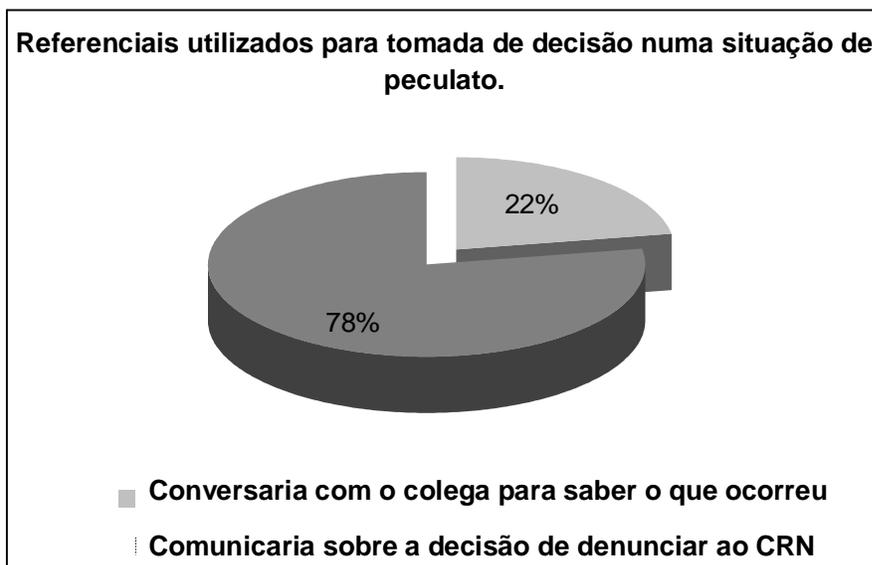
De acordo com a Tabela 11, 100% dos alunos acham que a mídia influencia o consumo alimentar infantil. A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) está realizando uma consulta pública sobre a auto-restrição à publicidade infantil propondo que: a publicidade é vetada para alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gorduras (saturada e trans), sódio e com baixo valor nutricional, sendo proibido o uso de desenhos, personalidades e personagens que sejam cativos ou admirados pelas crianças e, também, proíbe a divulgação de brindes, prêmios e bonificações, condicionada à compra do produto (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Na questão 9 da pesquisa, foi colocada uma situação em que o aluno deveria responder que atitude tomaria se descobrisse que um colega de profissão estivesse desviando mercadorias e gêneros alimentícios de uma Unidade de Alimentação e Nutrição.

Tabela 12. Distribuição da frequência dos Referenciais utilizados pelos alunos para tomada de decisão ao descobrir que um colega de profissão está desviando mercadorias e gêneros alimentícios. São Paulo, 2009.

Referenciais utilizados para tomada de decisão numa situação de peculato	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Conversaria com o colega para saber o que realmente ocorreu.	39	22,0
Comunicaria sobre a decisão de denunciá-lo ao CRN	136	78,0
Total	175	100,0

Gráfico 12. Distribuição percentual dos Referenciais utilizados pelos alunos para tomada de decisão ao descobrir que um colega de profissão está desviando mercadorias e gêneros alimentícios. São Paulo, 2009. (n=175)



No item “Deveres” do Código de Ética no Nutricionista, Capítulo I Artigo 3, temos:

O nutricionista tem o compromisso de conhecer e pautar a sua atuação nos princípios da Bioética, nos princípios universais dos Direitos Humanos, na Constituição do Brasil e nos preceitos éticos contidos neste Código (CÓDIGO DE ÉTICA NO NUTRICIONISTA, 2004).

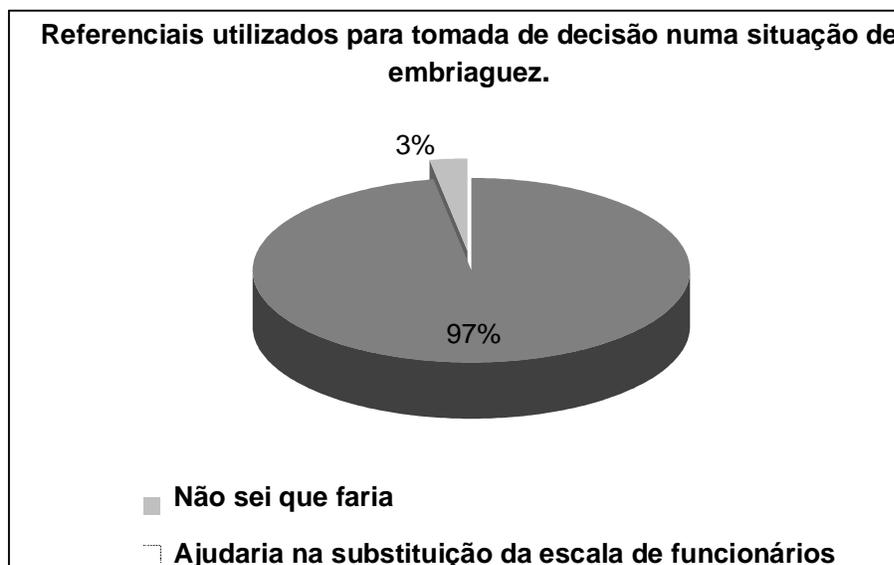
Na questão 10, o aluno deveria responder qual seria sua atitude ao perceber que o funcionário responsável para servir a refeição aos pacientes se apresentou para trabalhar embriagado, numa escala que já estava com falta de funcionários. Das categorias de resposta identificadas observou-se que, 72% têm atitude baseada na responsabilidade e 25% na não maleficência, conforme expresso na Tabela e Gráfico 13.

Tabela 13. Distribuição da frequência dos Referenciais utilizados pelos alunos para tomada de decisão numa situação de embriaguez de funcionário. São Paulo, 2009.

Referenciais utilizados para tomada de decisão numa situação de embriaguez	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ajudaria na substituição da escala de funcionários.	170	97,0
Não sei o que faria.	5	3,0
Total	175	100,0

Gráfico 13. Distribuição percentual dos Referenciais utilizados pelos alunos para tomada de decisão numa situação de embriaguez de funcionário. São Paulo, 2009.

(n=175)



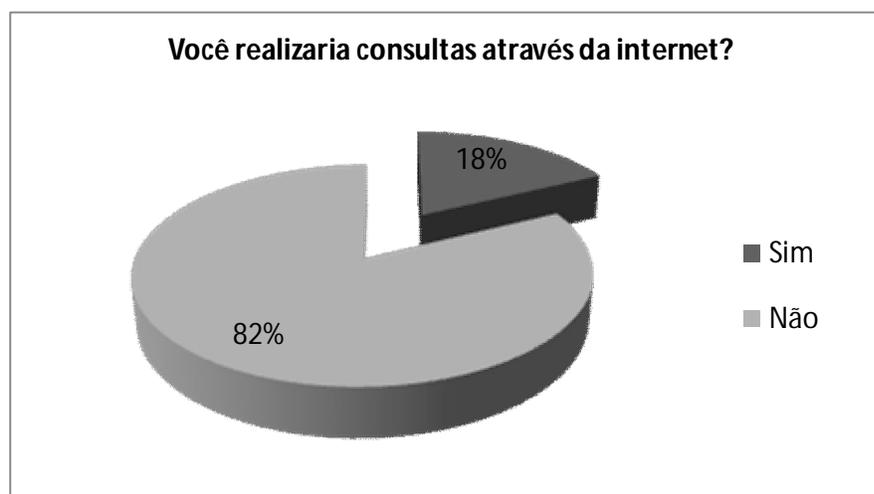
Quando perguntados se realizariam consultas pela internet, a maioria dos alunos disse que “não” (83%), embora 17% tenham afirmado que “sim”, conforme demonstrado na Tabela e Gráfico 14.

Tabela 14. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à realização de consultas a pacientes, pela Internet. São Paulo, 2009.

Realizariam consulta pela Internet	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	31	17,1
Não	144	82,9
Total	175	100,0

Gráfico 14. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à realização de consultas a pacientes, pela Internet. São Paulo, 2009.

(n=175)



5.4 FORMAÇÃO ACADÊMICA E A BIOÉTICA

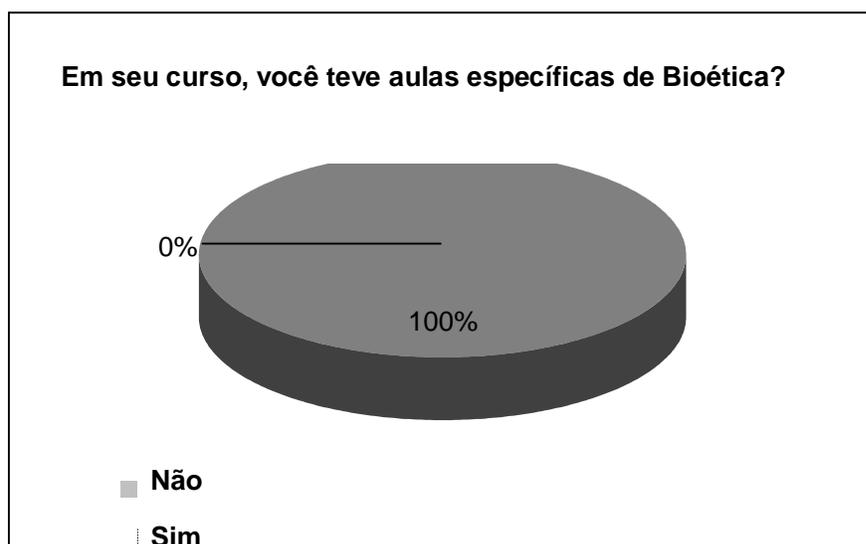
De acordo com a Tabela e Gráfico 15, a totalidade dos alunos do último semestre do Curso de Nutrição, do Centro Universitário São Camilo (CUSC) – Unidade Pompéia/ Ipiranga, teve aulas de Bioética no Curso.

Tabela 15. Distribuição da frequência dos alunos quanto à existência de aulas de Bioética no Curso de Nutrição, do CUSC – Unidade Pompéia/ Ipiranga. São Paulo, 2009.

No Curso de Nutrição tiveram aulas específicas de Bioética	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	175	100,0
Não	0	0,0
Total	175	100,0

Gráfico 15. Distribuição percentual dos alunos quanto à existência de aulas de Bioética no Curso de Nutrição, do CUSC – Unidade Pompéia/ Ipiranga. São Paulo, 2009.

(n=175)



O fato da totalidade dos alunos do último semestre do Curso de Nutrição, do Centro Universitário São Camilo, ter tido aulas de Bioética, demonstra a preocupação da Instituição em relação aos aspectos éticos dos futuros profissionais, que estão prestes a ingressar no mercado de trabalho.

Na opinião dos alunos, não foi observada diferença significativa em relação à quantidade/aproveitamento das aulas de Bioética no curso de nutrição: 53% afirmaram que as aulas foram insuficientes, o que é bastante significativo para as

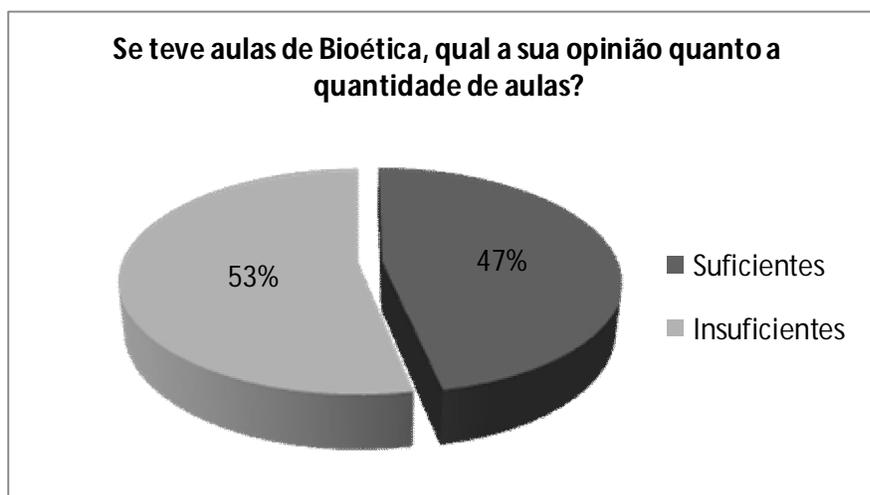
instituições refletirem, ao passo que 47% acreditam que foram suficientes, conforme demonstra a Tabela e Gráfico 16.

Tabela 16. Distribuição da frequência da opinião dos alunos quanto à quantidade/ aproveitamento das aulas de Bioética em seu curso. São Paulo, 2009.

Quantidade/ aproveitamento das aulas de Bioética	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Suficientes	82	47,4
Insuficientes	93	52,6
Total	175	100,0

Gráfico 16. Distribuição percentual da opinião dos alunos quanto à quantidade/ aproveitamento das aulas de Bioética em seu curso. São Paulo, 2009.

(n=175)



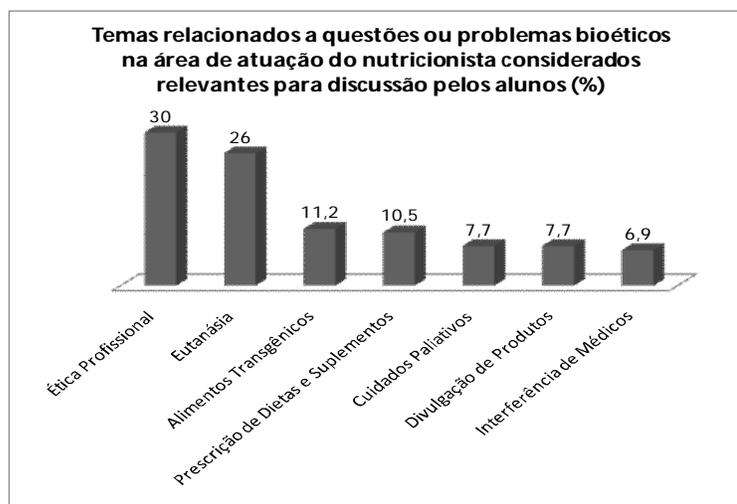
Na Tabela e Gráfico 17 podem ser observados os principais temas citados pelos alunos como sendo questões ou problemas bioéticos relevantes, para discussão na área de Nutrição. Os temas mais relevantes destacados pelos alunos foram: ética profissional (condutas), eutanásia, prescrição de dietas e suplementos e alimentos transgênicos.

Tabela 17. Distribuição da frequência de questões ou problemas bioéticos considerados importantes pelos alunos, a serem discutidos na área de Nutrição. São Paulo, 2009.

Temas relevantes na Bioética para discussão pelos alunos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ética Profissional	43	30,0
Eutanásia	37	26,0
Prescrição de Dietas e Suplementos	15	10,5
Alimentos Transgênicos	16	11,2
Cuidados Paliativos	11	7,7
Divulgação de Produtos/Recomendações	11	7,7
Interferência de Médicos	10	6,9
Total	143	100,0

Gráfico 17. Distribuição percentual de questões ou problemas bioéticos considerados importantes pelos alunos, a serem discutidos na área de Nutrição. São Paulo, 2009.

(n=143)



Fonte: SOUZA, MVF, 2010.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base três grandes eixos temáticos (Alimentos Transgênicos, Cuidados Paliativos e Ética Profissional) que envolvem aspectos éticos, procuramos colher opinião dos formandos em nutrição para a reflexão bioética baseada nos referenciais: prudência, vulnerabilidade, alteridade, solidariedade, privacidade, autonomia, justiça e não maleficência.

A nosso ver, os dados obtidos nos parecem oportunos, como pano de fundo e como elementos subsidiários para a abordagem da Bioética, no campo de atuação do nutricionista.

Eixo temático – Alimentos transgênicos

<p>Não favorável – 61%</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de estudos • Risco a saúde • Perda de nutrientes 	<p><u>Referenciais</u></p> <p>Prudência</p> <p>Não maleficência</p>
<p>Favorável – 39%</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria em nutrientes • Maior produção 	<p>Beneficência</p>
<p>Não obstante 89% achar que está comercializado chama a atenção 10% desconhecer esse comércio (e são nutricionistas)</p>	
<p>Necessidade de rotular</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia • Prudência • Proteção à vulnerabilidade • Responsabilidade

Consumo próprio = 50%	<ul style="list-style-type: none"> • Prudência • Responsabilidade • Necessidade de esclarecimentos e análise.
Consumo pelos outros = 56%	

Eixo temático – Cuidados Paliativos

Retirada de sonda a pedido 73% não retirariam	Beneficência x Autonomia “Paternalismo”
--	--

Eixo temático – Ética Profissional

Esclarecimento ao paciente = 99%	Autonomia
Sigilo = 82%	Confidencialidade e Privacidade
Mídia influencia (infantil) = 100%	Responsabilidade Prudência Riscos
Parcelato [conversa] (22%) ou denúncia (78%) = 100%	Honestidade Ética acima do corporativismo.
Embriaguez (ajuda, auxílio)	Solidariedade Responsabilidade
Consulta pela internet = 83% não realizariam	Responsabilidade Profissional

Questões complementares – Formação Acadêmica e a Bioética

Características da amostra em estudo: 100% tiveram aula de Bioética, mas 53% desejaram mais aulas de temas relevantes como: Ética Profissional (30%), Eutanásia (26%), Prescrição de Dietas e Suplementos (10,5)%, Interferência de Médicos (6,9%).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRABI. Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia. 1991. **Alimentos Transgênicos**. Disponível em: <http://www.abrabi.org.br/alimentos.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

ANJOS, MF dos; SIQUEIRA, JE. (Orgs). Bioética no Brasil: tendências e perspectivas. **Sociedade Brasileira de Bioética/ idéias & letras**, 2007.

AVANTES, MN. **Bioética, Biossegurança e Biotecnologia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 43-57.

AUMAITRE, *et al.* New Feeds from genetically modified plants: substantial equivalence, nutritional equivalence, digestibility and safety for animals and the food chain. **Livestock Production Science**, v. 74, 2002, p. 223-238.

AZEVEDO, EES. Ensino de bioética: um desafio transdisciplinar. **Interface Comum Saúde Educ.**, 2:127-38, 1998.

BACHMANN, P; MARTI-MASSOUD, C; BLANC-VINCENT, MP; DESPORT JC; COLOMB, V; DIEU L, *et al.* Standards, options et recommandations: nutrition en situation palliative or terminale de l'adulte porteur de cancer évolutif. **Bull Cancer**, 88:985-1006, 2001.

BANDUK, MLS. **A identidade profissional nos Cursos de Graduação em Nutrição do município de São Paulo**. 2005. 171f. Dissertação (Mestrado). Escola Paulista de Medicina, USP. São Paulo, 2005.

BEAUCHAMP, TL; CHILDRESS, JF. **Princípios de Ética Biomédica**. 4. ED. São Paulo: Loyola, 2002.

BENARROZ, MO; FAILLACE, GBD; BARBOSA, LA. Bioética e Nutrição em Cuidados Paliativos Oncológicos em adultos. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 25(9): 1875-1882, set., 2009.

BOCATTO, M. **A importância da bioética**. Genética na Escola. V. 4, p.11-4, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CFN (Conselho Federal de Nutricionistas), nº. 334/2004, Brasília: CFN, 2004.

BORGES, E; MEDEIROS, C. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações junto aos contabilistas. **Revista Contabilidade Financeira**. São Paulo, v. 18, n. 44, p. 60-71, maio/ago., 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei Federal nº 8234/91**. Regulamenta a profissão de Nutricionista e dá outras providências. Brasília: D.O.U, 17 de setembro de 1991. Disponível em: <http://www.crn3.org.br>. Acesso em: 15 03 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 196/96**. Normas éticas de pesquisa em seres humanos. Brasília: D.O.U., 16 de outubro de 1996.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina – CFM. **Iniciação à Bioética**. Brasília: CFM, 1988.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Posicionamento do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e do Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) sobre a comercialização dos transgênicos**. 2003. Disponível em: <http://www.cfn.org.br>. Acesso em: 13 03 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução CFN nº 334**, de 10 de maio de 2004 - Atual Código de Ética do Nutricionista. Enfatiza a importância da Bioética como princípio para sua reflexão, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfn.org.br>. Acesso em: 13 03 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Capacitação para Comitês de Ética em Pesquisa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRUNORO, N. Os transgênicos estão presentes no nosso dia-a-dia. **Conselho de Informações sobre Biotecnologia – CIB**, maio 2009.

CALMAN, K. Ethical issues. In: DOYLE, D; HANKS, G; CHERNY, N; CAMON, K. **Test book of Palliative Medicine**. Third Edition. Edited by: Oxford. Oxford – UK: University Press, 2005, p. 53-57.

CARO, MMM; LAVIANO, A; PICHARD, C. Nutritional intervention and quality of life in adult oncology patients. **Clin. Nutr.**, 26: 289-301, 2007.

CIB - Conselho de Informações sobre Biotecnologia. O que você precisa saber sobre transgênicos. Maio 2009. Disponível em: www.cib.org.br. Acesso em: 15 06 2009.

CONCEIÇÃO, FR. Detecção e quantificação de Organismos Geneticamente Modificados em alimentos e ingredientes alimentares. **Revista Ciência Rural**, Santa Maria (RS), v. 36, n. 1, jan./fev., 2006.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS. **Lei Federal nº 84.444/80** de 30 de janeiro de 1980. Regulamenta a Lei 6583 de 20 de outubro de 1978 que cria os Conselhos, Federal e Regional de Nutricionistas, regulamenta o seu funcionamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.crn3.org.br>. Acesso em: 10 02 2010.

FOUREZ, G. **A construção das Ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

FUENZALIDA, ZS. De Nocividad a la Outra: La Bioética frente al Desafío de Cultivar su Pluralismo. **Acta Bioethics**, v. (2), ano VII, 2001.

DAVIES, E; HIGGINSON, IJ. **The solid facts palliative care**. World Health Organization Europe: Foundation Florien, 2004.

FARBER, *et al*. Physicians decisions to withhold and withdraw life sustaining treatment. **Arch. Intern. Med.**, 2006, 166 -564.

FIATES, GMR; AMBONI, RDMC; TEIXEIRA, E. Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares de Florianópolis. **Revista de Nutrição**, Campinas (SP) 21 (1): 105-114, jan/fev., 2008.

FINARDI, FF. Plantas transgênicas e a segurança alimentar. REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 51ª. 1999. Porto Alegre. Palestra apresentada no Simpósio "Plantas Transgênicas: da Genética aos Alimentos". Porto Alegre: SBPC, 1999, 8f.

FURNIVAL, AC; PINHEIRO, SM. A percepção pública da informação sobre os potenciais riscos dos transgênicos na cadeia alimentar. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v.15, n.2, p.277-291, abr.-jun. 2008.

GUY, D. **Introdução Geral à Bioética: História, Conceitos e Instrumentos**. [s.l.]: Edições Loyola, 1999, p.120-138.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: L.D.A – 70, 2009.

HERRERA-ESTRELA, LR. Genetically modified crops and developing countries. **Plant Physiology**, v.124, p.923-925, nov., 2000.

HO, MW; TRAAVIK, T; OLSVIK, O. TAPPESER, B; HOWARD, CV; VON WEIZSACKER, C; McGAVIN, GC. Gene Technology and gene ecology of infectious diseases. *Microbial Ecology in Health and Disease*. Stockholm, v.10, n.1, p. 33-59, 1998.

HOPKINS, K. Food for life, love and hope: an exemplar of the philosophy of palliative care in action. **Proc. Nutr. Soc.**, 63:427-9, 2004.

HOSSNE, WS. Bioética: princípios ou referenciais. **Revista Mundo da Saúde**, 30:673-6, 2006.

_____. Bioética – Ponto de vista. **Revista Bioetikós**, 1:125-132, 2007.

_____. Dos referenciais da Bioética – a prudência. **Revista Bioetikós**, n. 2, julh/dez., p. 185-196, 2008.

HOSSNE, WS; VIEIRA, S. Fraude em ciência: onde estamos? **Revista Bioetikós**, 15: 39-47, 2007.

HOSSNE, WS; PESSINI, L. Bioética aos 40 anos: de “ponte para o futuro” para “ponte para a sociedade e para a cidadania”. **Revista Bioetikós**, 5:1, 2010.

JOCHAM, HR et al. Quality of life in palliative care cancer patients: a literature review. **J. Clinic. Nurs**, 2006, 15:1188-95.

JORNAL “**Folha de São Paulo**”. Auto-restrição à Publicidade Infantil e a Mídia. Cotidiano C1, 26 de agosto de 2009.

JORNAL “**O Estado de São Paulo**”. Europa autoriza os transgênicos com rotulagem. 03 de julho de 2003.

KLUBER-ROSS, E; KESSLER, D. **Os segredos da vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

KUHN, TS. **A estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
LAJOLO, FM; NUTTI, MR. **Transgênicos: bases científicas da sua segurança**. São Paulo: SBAN, 2003, 110 p.

LIMA, *et al.* **Bioética: uma diversidade temática**. São Caetano do sul (SP): Difusão, 2007, p. 83-93.

LUTHY, J. **Detection strategies for food authenticity and genetically modified foods**. Food Control. V. 10, 1999, p 359-361.

McCOUGHLAN, MA. A necessidade de cuidados paliativos. In: PESSINI, L; BERTACHINI, L. **Humanização e cuidados paliativos**. São Paulo: Loyola/ Centro Universitário São Camilo, 2004, p. 167-180.

MELO, AGC. Os cuidados paliativos no Brasil. In: PESSINI, L; BERTACHINI, L. **Humanização e cuidados paliativos**. São Paulo: Loyola/ Centro Universitário São Camilo, 2004, p. 291-99.

MENOSSEI, M. Transgênicos. A rigidez dos testes científicos. **Conselho de Informações sobre Biotecnologia – CIB**, maio 2009.

MILLSTONE, E; BRUNNER, E; MAYER, S. Beyond Substantial Equivalence. **Nature**, London, v. 401, n. 6753, p.525-526, 1999.

MOMMA, AN. Rotulagem de Plantas Transgênicas e o Agronegócio. Depoimento à Câmara dos Deputados, 13 de abril de 1999. **Revista de Direito Ambiental**, v.16, n. 4, p.153-162, 1999.

MOYNIHAN, T; KELLY, D.G; FISCH, M.J. To feed or not feed: s that the right question? **Journal Clinical Oncology**, 23: 6256-9, 2005.

NODARI, OR; GUERRA, MP. Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar. **Rev. Nutrição**, 16(1)105-116, jan-mar., 2003.

_____. Implicações dos transgênicos na sustentabilidade ambiental e agrícola. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. VII, (2), 481-91, jul. out. 2000.

OSELKA, G. **Bioética Clínica – Reflexões e Discussões sobre Casos Selecionados**. São Paulo: Centro de Bioética, p. 266, 2006.

PESSINI, L; SIQUEIRA, JE; HOSSNE, WS. **Bioética em tempo de incertezas**. São Paulo: Loyola/ Centro Universitário São Camilo, 2010.

PESSINI, L; BARCHIFONTAINE, CP; LOLAS STEPKE, F. **Ibero-American Bioethics: History and Perspective**. Philosophy and Medicine. Translated by:

Jennifer Bullcock, Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. Dordrecht Heidelberg London: New York: Springer, 2010.

PESSINI, L. **Bioética: um grito por dignidade de viver**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

PESSINI, L; HOSSNE, WS. Fritz Jahr: O imperativo Bioético – nas origens da palavra Bioética. **Revista Bioetikós**, 2(1): 7-9, 2008.

PESSINI, L; BARCHIFONTAINE, CP. **Problemas atuais de Bioética**. 8. ed. São Paulo: Loyola/ Centro Universitário São Camilo, 2007, p. 25-51.

PESSINI, L; BERTACHINI, L. **Humanização e Cuidados Paliativos**. São Paulo: Loyola/ Centro Universitário São Camilo, 2004, p. 2.

PESSINI, L. **Distanásia: até quando prolongar a vida**. São Paulo: Loyola/ Centro Universitário São Camilo, 2001.

POTTER, VR. **Global Bioethics: building on the Leopold legacy**. East Lansing. Michigan State University Press, 1988.

PRADO, MM. **Bioética na formação em odontologia: importância para uma prática consciente e crítica**. 2006. 274p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília, Brasília: UNB, 2006.

REICH, WT. **Encyclopedia of Bioethics**. Revised Edition. Vol. I. Introduction. New York: Simon & Shuster Macmillan, p. XXI, 1995.

RITTER, L. Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar (Biossegurança de plantas transgênicas). **Entrevista a CIB** (Conselho de Informações sobre Biotecnologia) 28 de agosto de 2003. Disponível em: www.cib.org.br. Acesso em 13 08 2010.

ROA-CASTELLANOS, RA; BAUER, E. Presentación de la palabra bioetica , del imperativo bioetico y de la noción de biopsicologia por Fritz Jahar em 1929. **Revista Bioetikós**, 3(2): 158-179, 2009.

SÁ, AL. de. **Ética Profissional**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SASS, HM. Asian and European Roots of Bioethics: Fritz Jahr's 1927. Definition and Vision of Bioethics. **Asian Bioethics Review**. September, v. 1(3): 185-197, 2009.

_____. Fritz Jahr's. Concept of Bioethics. 1927. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 17, n. 3, p. 270-295, 2008.

SCHNEIDER, JF; CAMARGO, WA. A linguagem no contexto da bioética: contribuições da hermenêutica filosófica. **O Mundo da Saúde**, 26 (1): 128, 2002.

SHARMA, HC. et al. **Applications of biotechnology for crop improvement: prospects and constraints**. V. 163, 2002, p. 381-395.

SPERBER, MC. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. V. 2, 2003.

TAPPESER, B., JÄGER, M., ECKELKAMP, C. **Survival, persistence, transfer: An update on current knowledge on GMs and the fate of their recombinant DNA**. Penang: TWN, 1999, 44p.

TOZZINI, AC. Detection de OGMs em la Cadena Agroalimentaria. In: ECHENIQUE, V. *et al.* **Biotecnología y mejoramiento vegetal**. Buenos Aires: INTA, 2004, p. 409-424.

TRAAVIK, T. **Too early may be too late. Research Report for DNA**. Ecological risks associated with the use of naked DNA as biological tool for research, production and therapy. Trondheim: Norway, 1999, 106p.

TRAN M; RAYNARD, B; BATAILLARD, A; DUGUET, A; GARABIGE, V; LALLEMAND, Y. *et al.* Bonnes pratiques pour la prise em charge diététique em cancérologie: la nutrition entérale (rapport abrégé). **Bull Cancer**, 93:715-22, 2006.

URBAN, C.A. **Bioética Clínica**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

VASQUEZ, AS. **Ética**. 21. ed. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VIEIRA, S. **Como Elaborar Questionários**. São Paulo: Atlas, 2009, 162 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

O CÓDIGO DO NUTRICIONISTA, EM VIGOR DESDE 2004, ESTABELECE EM SEU ARTIGO 3º QUE “(...) O NUTRICIONISTA TEM O COMPROMISSO DE CONHECER E PAUTAR A SUA ATUAÇÃO NOS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA...”

1) Você é favorável ao consumo de **alimentos transgênicos**?

O SIM

O NÃO

Em caso AFIRMATIVO, POR QUÊ?

Em caso NEGATIVO, POR QUÊ?

2) Em sua opinião, você acha que existem **alimentos transgênicos comercializados no país**?

O SIM

O NÃO

O NÃO SEI

3) Você acha que os **alimentos transgênicos**, caso houvesse comercialização, deveriam ser **rotulados para identificação**?

O SIM

O NÃO

O NÃO SEI

4) Você **consumiria alimentos transgênicos**?

O SIM

O NÃO

5) Em sua opinião, os **alimentos transgênicos poderiam ser consumidos por qualquer pessoa?**

SIM

NÃO

NÃO SEI

6) Em sua opinião, **o indivíduo sob sua responsabilidade profissional deve ser informado sobre os riscos e os objetivos do tratamento nutricional?**

SIM

NÃO

NÃO SEI

7) Você é obrigado (a) **a guardar sigilo** sobre informação e fatos de que tenha conhecimento no exercício de suas atividades?

SIM

NÃO

NÃO SEI

8) Em sua opinião, sob o ponto de vista **bioético**, você acha que a mídia influencia o consumo alimentar infantil?

9) Você atua em uma UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição) com outro profissional nutricionista e recebe a informação de que seu colega de profissão está, em conjunto com o responsável pelo estoque, **desviando mercadorias e gêneros alimentícios**. Em sua opinião, qual a melhor atitude a ser tomada?

10) Em um serviço de nutrição dietética de um hospital público, com déficit de pessoal, a chefia ainda enfrenta o problema com um funcionário em relação ao alcoolismo. Certo dia, o mesmo **chega ao trabalho visivelmente embriagado**, a escala de serviço já está com uma falta de funcionário e a tarefa a ser executada é servir refeições aos pacientes de uma Unidade de Internação. Em sua opinião, qual a melhor atitude a ser tomada?

11) Você realiza **consultas através da Internet**?

O SIM

O NÃO

12) **Paciente jovem**, em estado vegetativo há anos, sem perspectiva de melhora, fazendo uso de **nutrição enteral por gastrostomia**. A família (mais precisamente os pais) **na justificativa de aliviar o sofrimento** (aos poucos) solicita à equipe médica que suspenda a administração da dieta. Em sua opinião, sob o **ponto de vista bioético, é viável essa situação?**

O SIM

O NÃO

O NÃO SEI

13) Em seu Curso de Nutrição você teve aulas específicas de Bioética?

O SIM

O NÃO

14) Se teve aulas de Bioética, na sua opinião elas foram:

O SUFICIENTES

O INSUFICIENTES

15) Aponte questões ou problemas de temas bioéticos, na área de atuação do nutricionista, que você considera importante serem discutidos

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre:

**OPINIÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO SOBRE
QUESTÕES BIOÉTIICAS RELATIVAS AO CAMPO DE ATUAÇÃO DO
NUTRICIONISTA: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO BIOÉTIICA**

Você foi escolhido (a) por ser estudante do último ano da Graduação em Nutrição e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo desta pesquisa é de levantar dados sobre a opinião dos discentes do último período do Curso de Nutrição sobre Bioética e atuação do profissional de nutrição em relação ao Código de Ética, seus princípios e referenciais.

Sua participação nesta pesquisa será de respondente de um questionário constando de (06) seis questões abertas e (09) nove questões fechadas, que será distribuído nas salas de aula pelo pesquisador.

Os benefícios serão importantes para toda a área acadêmica, principalmente para os nutricionistas que estão sempre enfrentando dilemas éticos na atuação profissional.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permita a sua identificação. Se você concorda em participar do estudo, assine seu nome neste Termo de Consentimento. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação e, caso queira verificar, após o término da pesquisa, se esta respeitou todas as condições firmadas expostas acima.

Nome e assinatura do Pesquisador:

Miriam Venuto Félix e Souza

Endereço e telefone do Pesquisador: Avenida Dois, 532, apto. 102. Itatiaia-RJ

Telefone celular: (24) 99573700.

Pesquisador vinculado ao COEP (Comitê de Ética e Pesquisa) do Centro Universitário São Camilo - São Paulo-/ Campus Pompéia. Telefone: (11) 3465 2665.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Paulo, de

2009.

Sujeito da Pesquisa

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)